

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: 01/02/2016 a 29/02/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira, Daniele Rocha e Marielle Mattos

Índice

Parceria para Especialização para servidores do MDA. Site do MDA. 01/02/2016.	4
Áreas em faixas de fronteira de até 15 módulos fiscais podem ser regularizadas direto no cartório. Site da CNA. 03/02/2016.	5
Pressão política dificulta redução do uso de agrotóxicos no Brasil. Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 05/02/2016.	7
Oficinas divulgam edital para comunidades tradicionais. Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 05/02/2016	12
Mais desenvolvimento territorial em 2016. Site do MDA. 05/02/2016.	13
São Félix do Xingu tem o primeiro Plano ABC municipal do país. João Carlos Rodrigues. Site do MAPA. 05/02/2016.	15
DGM Brasil financiará projetos no Cerrado. Lucas Tolentino. Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 08/02/2016	17
PGPAF: oito produtos contam com bônus este mês. Site da FETRAF. 11/02/2016.	19
Preservação de nascentes será incentivada na região oeste de Santa Catarina. Site da CNA. 11/02/2016.	20
Acordo estimula potencial da compostagem. Marta Moraes. Site do Ministério do Meio Ambiente. 11/02/2016	22
MMA apoia projeto de adaptação à seca. Marta Moraes. Site do Ministério do Meio Ambiente. 12/02/2016	24
Expertise brasileira é modelo para criação de sistema de produção e comercialização em El Salvador. Site da CONAB. 12/02/2016.	25
Programa de Regularização Ambiental é implantado em Mato Grosso. Site da CNA. 12/02/2016.	26
Projeto DGM lança 1º edital no Brasil. Site da FETRAF. 15/02/2016.	27
Produtores de Minas Gerais se unem para proteger nascentes. Site da CNA. 15/02/2016.	28
Brasil terá um atlas completo para o desenvolvimento sustentável da irrigação. Viviane Novaes. Site do MAPA. 17/02/2016.	30
Lavouras mais sensíveis se ressentem. Janice Kiss. Valor Econômico. 18/02/2016.	31
Impulsionado o desenvolvimento rural. Mateus Zimmermann. Site do MDA. 18/02/2016.	33
Bolsa Verde conserva biodiversidade. Letícia Verdi e Marta Moraes. Site do Ministério do Meio Ambiente. 19/02/2016.	34
Agroecologia em debate. Site do MDA, 19/02/2016.	36
Energia renovável é opção para agricultores familiares. Tássia Navarro. Site do MDA. 19/02/2016.	36
Agroecologia para nortear políticas de Ater. Site do MDS. 22/02/2016.	38

Açafrão da região de Mara Rosa, em Goiás, é o primeiro do país com indicação geográfica. João Carlos Rodrigues. Site do MAPA. 22/02/2016.	39
Agroecologia para nortear políticas de Ater. Site do MDA. 22/02/2016.	41
Incentivo à produção sustentável. Mateus Zimmermann. Site do MDA. 23/02/2016.	42
Mudanças climáticas e desenvolvimento rural sustentável. Najjar Tubino. Carta Maior, 23/02/2016.	43
Cresce demanda pelo curso de Recuperação e Proteção de Nascentes. Site da CNA. 24/02/2016.	46
O uso da terra e as mudanças climáticas. Tatiana Carlotti. Carta Maior. 25/02/2016.	47
Abertas consultas públicas para mudança nas normas de pequenas agroindústrias de mel e ovos. Priscilla Mendes. Site do MAPA. 25/02/2016.	51
Ministra anuncia primeiro zoneamento de risco climático para Roraima. Priscilla Mendes. Site do MAPA. 25/02/2016.	52
São Paulo vai mesmo exportar florestas? Aurelio Padovezi e Marcelo Manara. Valor Econômico. 25/02/2016.	53
Agricultura saudável reduz emissões. Marta Moraes – Site do Ministério do Meio Ambiente. 26/02/2016.	56
Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura vai acompanhar temas estratégicos para o Mapa. Inez De Podestà. Site do MAPA. 29/02/2016.	57
Minas Gerais sedia seminários de agricultura de baixo carbono. Inez De Podestà. Site do MAPA. 29/02/2016.	58
Minas Gerais sedia seminários de agricultura de baixo carbono. Inez De Podestà. Site do MAPA. 29/02/2016.	59
Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura vai acompanhar temas estratégicos para o Mapa. Inez De Podestà. Site do MAPA. 29/02/2016.	59

Parceria para Especialização para servidores do MDA. Site do MDA. 01/02/2016.

Na última semana, o ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), participou de uma série de reuniões no Campus Parnaíba da Universidade Federal do Piauí. Os encontros foram para consolidar a metodologia, projeto político-pedagógico e operacional do curso de especialização em Gestão de Políticas para o Desenvolvimento Rural Sustentável, que deverá ser oferecido até o fim do ano, para servidores efetivos. Foram acertados o calendário acadêmico do curso, bem como as diretrizes para o processo seletivo, com base nas prerrogativas do plano de capacitação, das diretrizes estratégicas do MDA e das normativas legais de desenvolvimento de pessoas. A pasta foi representada pela coordenadora de Recursos Humanos, Ana Maria de Oliveira.

De acordo com a coordenadora, o curso foi pensando para atender às necessidades de formação permanente dos servidores que atuam como gestores das políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável, territorial, de educação do campo e de Ater de princípios agroecológicos. “Objetiva, ainda, contribuir para o aprimoramento da gestão, ampliando os métodos e abordagens da administração pública para os servidores que atuam com os contextos da agricultura familiar”, acrescentou Ana Maria de Oliveira ao destacar que a intenção do curso é construir conhecimentos, com base na soberania alimentar, economia popular e solidária, bem como nas igualdades sociais de gênero, geração e etnia.

Sobre o curso

A especialização terá como eixos temáticos: Etnodesenvolvimento e populações tradicionais; Pensamento social agrário; Economia solidária; Associativismo e tecnologias socioambientais; Gestão de políticas públicas; Pesquisa, Extensão e Divulgação científica.

Com carga horária de 390 horas, o curso será realizado na modalidade semipresencial, nas instalações da UFPI e do MDA. Serão 50 servidores por turma. As vagas serão distribuídas entre servidores do MDA e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Em breve, será divulgado o processo seletivo e o calendário acadêmico do curso.

Áreas em faixas de fronteira de até 15 módulos fiscais podem ser regularizadas direto no cartório. Site da CNA. 03/02/2016.

Produtores com propriedades de até 15 módulos fiscais – no Paraná, pouco menos de 300 hectares – terão facilidade para regularizar imóveis na faixa de fronteira. Basta levar os documentos da área até o cartório e solicitar o registro imobiliário da propriedade rural. A limitação de 15 módulos é por área e não por CPF, o que significa que pessoas que tenham mais de uma propriedade de pequeno porte poderão regularizá-las individualmente.

Esses são alguns dos esclarecimentos sobre a Lei nº 13.178/2015, prestados por representantes do governo federal presentes ao Show Rural. A regra, de 22 de outubro de 2015, simplifica a ratificação da posse de terra aos produtores rurais em áreas de fronteiras – que chegam até 150 quilômetros do limite entre o Brasil e os países vizinhos. Participaram do evento produtores rurais, líderes sindicais, autoridades políticas, diretores e superintendentes de órgãos estaduais e federais, representantes de federações e cooperativas.

Segundo o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Richard Torsiano, a legislação vai beneficiar cerca de 50 mil produtores rurais em 138 municípios das regiões Oeste, Sudoeste e Noroeste do Paraná. De acordo com ele, no passado era necessário entrar com processos que levavam meses e até anos para serem analisados e concluídos. “Por muito tempo, os agricultores viveram na dúvida de serem donos ou não da terra”, admite Torsiano.

Leis e decretos anteriores à nova lei requeriam georreferenciamento da área e a manifestação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), exigência que permanece apenas para as terras com extensão superior a 15 módulos fiscais. “A Lei 13.178 tem como objetivo garantir a segurança jurídica aos produtores rurais após décadas de incerteza. No passado, muitos títulos de propriedades foram concedidos pelos governos estaduais, sendo que a prerrogativa de reconhecer a posse em áreas de fronteira é do governo federal”, explicou.

No Paraná havia 40 mil processos protocolados desde que a lei determinou um prazo para se conseguir a ratificação. Os produtores fizeram o que a lei determinava, protocolando os seus processos para conseguir ter mais condições, inclusive para poder produzir e ter acesso as políticas públicas. “No entanto, havia todo um processo restritivo e também uma interpretação conservadora de alguns burocratas e aí só surgiram problemas que não

conseguimos resolver por conta própria. Avançamos internamente com algumas normas do Incra, com a superintendência regional, os nossos procuradores, mas ainda era um problema. Era um calvário para o produtor conseguir o título da terra”, disse Richard.

Pela nova lei, as áreas acima de 15 módulos fiscais terão que cumprir alguns requisitos. Os produtores terão que fazer o georreferenciamento, que deve ser aprovado pelo Incra, e atualizar os dados perante o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR).

Torsiano lembrou ainda o esforço coletivo de diversas instituições, entre elas a FAEP, para resolver a situação dos produtores. “A partir da sensibilidade do governo, nós finalmente conseguimos conduzir o processo de construção de um projeto de lei, com autoria do senador Acir Gurgacz, que resolvesse esse problema de insegurança”, observou.

Para o diretor-geral da Itaipu Binacional, Jorge Miguel Samek, que intermediou o encontro, a nova legislação vai resolver de forma definitiva a questão, promovendo a segurança a milhares de produtores rurais. “Agora, o agricultor vai poder chegar no cartório e fazer de forma rápida a ratificação, e a partir daí eliminar todas as dúvidas que persistem sobre a origem dos títulos”, comentou Samek.

Ainda no encontro, o secretário especial para Assuntos Fundiários do Governo do Estado do Paraná, Hamilton Serighelli, observou que o trabalho do governo estadual, em parceria com as outras instituições, vai resolver o problema da regularização em todo o Estado. Segundo o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Paraná (Fetaep), Ademir Muller, com a legislação os produtores serão proprietários de suas áreas, com escritura e papel nas mãos.

O superintendente do Incra no Paraná, Nilton Bezerra Guedes, disse que a nova legislação é resultado de todas as forças produtivas do Paraná. “Essa lei reflete que a união faz a diferença. A nossa tarefa agora é executar e colocar em prática com a instalação de unidades do Incra em todos os municípios, faltam apenas cinco no Paraná. Em março, vamos lançar o Programa Fronteira Legal junto ao governo do Estado e o nosso objetivo é legalizar toda a área de faixa de fronteira”, afirmou.

O trabalho da FAEP

Há 16 anos a FAEP vem trabalhando sistematicamente e buscando uma solução que dê segurança jurídica para regularizar a situação dos produtores que possuem propriedades em áreas de fronteira.

O presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, tentou participar do encontro, mas, devido a uma forte neblina, não conseguiu aterrissar no aeroporto de Cascavel. O vice-

presidente da Federação e presidente do Sindicato Rural de Cascavel, Paulo Roberto Orso, representou a entidade durante o evento.

Pressão política dificulta redução do uso de agrotóxicos no Brasil. Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 05/02/2016

Série de reportagens do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT), da Fiocruz, aborda a temática “Agrotóxicos: a história por trás dos números”, com matérias sobre uso de agrotóxicos no Brasil. Os depoimentos dos agricultores colhidos nesta série de reportagens foram realizados durante a Caravana Agroecológica Sudeste - RJ. Confira:

A família da agricultora Marineide Castro está recomeçando. Ela, que foi “nascida e criada na agricultura orgânica”, teve que desistir por cinco anos de plantar alimentos sem agrotóxicos por falta de apoio e assistência, após os pais saírem da fazenda em que trabalhavam.

“Não tinha ninguém que plantava produtos orgânicos na região e não achávamos a quem vender. Quando tentamos vender na rua, a fiscalização não deixou. Daí começamos a praticamente a dar de graça para os atravessadores: vendia o quilo do feijão, do milho e do quiabo orgânicos por R\$ 0,50. Não íamos deixar desperdiçar. Não tínhamos apoio de ninguém. Os amigos nos diziam: larguem de ser bobos, vão ficar sofrendo”, relata.

Sua família, que até hoje arrenda a terra para trabalhar [uma espécie de aluguel, situação extremamente comum entre os pequenos produtores], chegou a pagar por um pedaço de roça, que nunca existiu. Sem dinheiro e perspectiva, por fim, eles se renderam ao uso dos insumos químicos. Mas o resultado foi desastroso: seu pai faleceu, após desenvolver um câncer de pele e uma infecção respiratória provocada pela exposição desprotegida ao agrotóxico. Marineide voltou para a prática orgânica, mas um cunhado, que continuou com a prática convencional, quase morreu. Após sofrer uma intoxicação aguda (com alergias, desmaios e vômitos) há um ano, ele luta contra um hematoma no fígado.

“Infelizmente, isso serviu de exemplo: o veneno fazia com que a gente produzisse mais quantidade, também o custo diminuía, porém, a gente gastou muito com meu pai – e não tivemos resultado. E hoje estamos gastando muito com o meu cunhado e ele quase faleceu, mas, graças a Deus, voltou para a casa”, diz. Marineide agora está começando a buscar apoio do Projeto PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável, e não perde a esperança de que os filhos e irmãos agricultores que foram para a cidade, e estão

“passando necessidade”, voltem um dia para o campo. “Não tem sido fácil produzir orgânico para a gente. Mas vamos conseguir”.

Sinais do modelo

Situações semelhantes às que a família de Marineide viveu fazem parte da rotina de milhares de trabalhadores rurais no Brasil. “O uso massivo de agrotóxicos está diretamente relacionado com a doença. As pessoas que produzem no campo estão todas contaminadas”, afirma Maria Kazé, da coordenação nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.

A pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Cesteh/Ensp/Fiocruz) Karen Friedrich afirma que a contaminação por agrotóxicos é generalizada. “[O trabalhador] é exposto através de uma mistura de agrotóxicos e em quantidades muito elevadas. Quando ele aplica numa lavoura, muitas vezes aplica mais de um agrotóxico ou então ocorre a pulverização aérea e quem mora ali perto também recebe essa grande carga de agrotóxicos. Além disso, quem está na cidade ingere o alimento com algumas dezenas de diferentes agrotóxicos, às vezes em um único alimento”, explica.

Casos de óbito por agrotóxicos, como o do pai de Marineide, sinalizam o esgotamento de um modelo de produção agrícola subsidiado pelo estado brasileiro, segundo a pesquisadora do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFCE), Raquel Rigotto. Ela diz que esses casos “exprimem de uma forma muito forte a falência na garantia do direito constitucional à saúde e uma análise mais aprofundada vai nos mostrar que isto está relacionado a uma cadeia de violações que se inicia desde o modelo de desenvolvimento agrícola adotado nas políticas públicas brasileira no momento atual”, enfatiza.

Rigotto elenca uma série de indicativos de que o Brasil vem optando pela manutenção e ampliação deste sistema, entre eles o financiamento público, através do BNDES, e as isenções fiscais e tributárias, concedidas pelo governo federal e por alguns estados. É o caso da redução de 60% para todos os agrotóxicos, na cobrança da alíquota do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), concedida através do convênio 100/97, e renovado 16 vezes. A última, em outubro, estendeu a validade do convênio até o final de abril de 2017. Em alguns estados, como o Ceará, a isenção fiscal chega a 100%. “Do nosso ponto de vista, é um escândalo na saúde pública produtos como esse não ter

taxação”. A pesquisadora analisou ainda a dura realidade dos pequenos agricultores e dos trabalhadores rurais no país (veja um trecho da entrevista ao lado).

O estímulo aos agrotóxicos data de 1965, quando foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural, que vinculava à concessão de crédito agrícola à obrigatoriedade da compra de insumos agrícolas químicos pelos agricultores. Já no início dos anos 1970, o Banco do Brasil tornou obrigatório o direcionamento de 15% do valor dos empréstimos de custeio para a aquisição de agrotóxicos. Enquanto, em 1975, foi a vez do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas financiar a criação de empresas nacionais e a implementação de subsidiárias de corporações transnacionais de agrotóxicos e fertilizantes. Atualmente, cerca de 130 empresas atuam no setor de agrotóxicos no Brasil, mas o mercado é controlado por dez multinacionais, que responderam juntas por 75% das vendas na safra de 2012/2013, segundo dados da Anvisa.

Nas entranhas do Poder

A bancada ruralista é o nome oficioso dado ao grupo de políticos que atuam em defesa dos proprietários rurais, independentemente do partido. A maioria compõe a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), fundada formalmente em 1995, mas possui também outros parlamentares alinhados aos seus interesses. Ao menos 109 deputados e 17 senadores são membros da bancada ruralista, conforme contabilizou a publicação “Radiografia do Novo Congresso”, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). A própria Frente diz reunir mais de 200 parlamentares, de composição pluripartidária.

A FPA é combativa quando se trata das políticas em torno dos agrotóxicos. Um dos últimos lobbies bem-sucedidos do grupo foi a liberação do ingrediente ativo não registrado benzoato de emamectina, substância usada como agrotóxico emergencial contra a lagarta *Helicoverpa amigera*, considerada praga em diversas lavouras, como as de soja, milho e algodão. O benzoato teve o registro negado em 2007 pela Anvisa, por ser considerado tóxico ao sistema neurológico – em todas as pesquisas feitas, a substância causou efeitos neurológicos nas espécies testadas tais como tremores, redução da capacidade motora, dilatação da pupila (midríase), alteração nos tecidos e degeneração neuronal.

No entanto, desde abril de 2013, o Ministério da Agricultura desconsiderou as negativas dos outros dois órgãos responsáveis pela liberação de agrotóxicos (Anvisa e Ibama) e

decretou estado de emergência fitossanitária ou zoonosológica em todo o Brasil, permitindo a liberação do ingrediente ativo.

Mas o benzoato está longe de ser a maior ameaça à redução do uso de agrotóxicos no Brasil. Está em tramitação na Câmara de Deputados o Projeto de Lei 3200/2015, que revoga a atual Lei de Agrotóxicos, e cria um marco regulatório que facilita o registro, deixando-o nas mãos da Comissão Técnica Nacional de Fitossanitários – CTNFito, cujos membros serão designados pelo Ministério da Agricultura.

Esta comissão deverá funcionar nos moldes da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, que até hoje não negou nenhum registro de semente transgênica no Brasil. Vale ressaltar que todas estas sementes liberadas no Brasil foram modificadas para serem tolerantes a herbicidas e/ou resistentes a insetos/vírus. Ou seja, na prática, representam mais agrotóxicos nas lavouras. Ao menos é o que diz o Dossiê Abrasco, citando o caso da introdução da Roundup Ready (RR), semente de soja transgênica produzida pela Monsanto, que fez com que “fosse necessário que a Anvisa aumentasse em 50 vezes o nível de resíduo de glifosato permitido no grão colhido”, informa o documento. A semente RR é resistente ao Roundup, agrotóxico à base de glifosato, também produzido pela multinacional americana.

Neste depoimento extraído do documentário Nuvens de Veneno (uma parceria da VideoSaúde Distribuidora da Fiocruz, com a Secretaria de Saúde de Mato Grosso e a produtora Terra Firme, realizado em 2013), o agricultor Celito Trevisan fala sobre a dificuldade de se cultivar produtos orgânicos próximo a uma lavoura de transgênicos.

Até mesmo um programa de uma política federal de estímulo à produção familiar agroecológica já consolidada, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), corre o risco de não sair do papel devido a pressões políticas. Trata-se do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), adiado por tempo indeterminado às vésperas da última previsão de lançamento, em novembro.

O caso do Pronara

O Pronara foi considerado um avanço por ser o primeiro instrumento que obriga legalmente nove ministérios (Desenvolvimento Agrário, Saúde, Agricultura, Desenvolvimento Social, Ambiente, Trabalho e Emprego, Fazenda, Ciência e Tecnologia, Educação, além da Secretária Geral da República) a tomarem ações concretas contra os agrotóxicos. Apesar de ter sido elaborado com o aval do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o programa foi adiado após o pedido da

ministra de Agricultura Kátia Abreu de rever o documento, elaborado na gestão do seu antecessor.

O Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara) foi aprovado em agosto de 2014, como parte da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, após meses de elaboração de um grupo de trabalho formado por diversos especialistas, vinculados a instituições de pesquisa e ensino, órgãos do governo e organizações da sociedade civil. O Programa é constituído por seis eixos: Registro; Controle, Monitoramento e Responsabilização da Cadeia Produtiva; Medidas Econômicas e Financeiras; Desenvolvimento de Alternativas; Informação, Participação e Controle Social e Formação e Capacitação. No total, são previstas 137 ações concretas que visam frear o uso de agrotóxicos no Brasil. Dentre elas, medidas como o fim da isenção fiscal, implantação de zonas livres de agrotóxicos e transgênicos e a reavaliação de produtos banidos em outros países.

O pesquisador do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH) da Ensp/Fiocruz, Marcelo Firpo Porto, acredita que apesar das limitações do Programa, este é um avanço, “com pontos muito estratégicos”. “A crise do atual governo federal, o aumento da pressão de grupos conservadores e a instabilidade do governo têm gerado retrocessos importantes em vários setores envolvendo a regulação dos agrotóxicos e avanço da agroecologia”, avalia.

No entanto, apesar da “tendência conservadora”, ele acredita que uma saída para acelerar os avanços propostos são as legislações municipais e estaduais. “Eu acho que a gente vai passar por uma onda em que os avanços vão continuar em lutas mais capilarizadas, em que é possível a realização por forças aglutinadas. Neste contexto, talvez seja possível a criação de zonas livres de agrotóxicos em alguns municípios e promovido por estados, principalmente em função da crise hídrica e da proteção de mananciais, que é um tema que ainda vai continuar por décadas no Brasil”.

Moradora do assentamento Zumbi dos Palmares, em Campos do Goytacazes (RJ), Viviane Ramiro, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ressalta a necessidade de que as políticas já consolidadas cheguem a todos os trabalhadores do campo, como Marineide. Segundo ela, há uma dificuldade de se obter políticas públicas favoráveis para os já assentados, inclusive de assistência técnica rural (ATER). “Se a nível federal estas políticas já estão se consolidando, a gente não percebe isso no nível local. São políticas que atendem apenas a uma minoria”, afirmou.

A presidente da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) e professora da Universidade Federal de Viçosa, Irene Maria Cardoso, afirma que a Política Nacional de Agroecologia “está caminhando dentro das possibilidades que a sociedade brasileira construiu”: “A gente vai aprofundando e avançando com o tempo. É um processo. As coisas não acontecem de um dia para o outro. Então têm recuos”, diz. Contudo, ela enfatiza a necessidade de lançar o Programa. “É uma questão urgente, porque ele nem coloca aquilo que a agroecologia de fato acredita: o banimento do uso dos venenos. Coloca uma proposta de redução, num processo de transição. A quantidade bruta de agrotóxicos no Brasil é a maior do mundo. Então, o Brasil vai continuar neste quadro? É isso que nós queremos: continuar envenenando as pessoas, as águas, os animais?”

Oficinas divulgam edital para comunidades tradicionais – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 05/02/2016

Em Brasília, Imperatriz e Cuiabá, participantes terão a chance de tirar dúvidas sobre edital voltado a projetos de fortalecimento de ações no Cerrado.

Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais podem se inscrever em oficinas de divulgação do edital do Projeto DGM Brasil que serão realizadas em Brasília (DF), Imperatriz (MA) e Cuiabá (MT). O edital é destinado a apoiar projetos que promovam a proteção e conservação dos recursos naturais no Cerrado. As inscrições podem ser feitas até 12 de fevereiro.

As oficinas foram pensadas para divulgar o primeiro edital do projeto, discutir os temas centrais, detalhar os tipos de projetos apoiados, valores e prazos de execução, avaliação e aprovação das propostas. Na ocasião, os interessados em submeter projetos terão a chance de esclarecer dúvidas e obter todas as informações sobre o edital presencialmente. Cada oficina está aberta a 50 participantes, sendo um representante por organização representativa de Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais. O Programa DGM Brasil cobrirá as despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação dos participantes.

Para se inscrever, o interessado deve preencher ficha ([acesse aqui](#)) e enviar para inscricao@dgmbrasil.org.br até 12 de fevereiro de 2016. Os critérios de seleção são a

representatividade da instituição, articulação regional e disponibilidade de multiplicar a divulgação do edital.

A confirmação de participação, o local exato e a programação da oficina serão encaminhados até o dia 15/02/16 para os participantes da oficina de Brasília e até 18/02/16 para os participantes das oficinas de Imperatriz e Cuiabá.

Mais desenvolvimento territorial em 2016. Site do MDA. 05/02/2016.

Política dirigida para o semiárido brasileiro, investimento na educação do campo e o reforço dos Territórios da Cidadania com a instituição de rotas produtivas territoriais estão entre as metas para 2016 da SDT.

O desenvolvimento territorial é um dos três objetivos estratégicos do MDA para o período 2015 – 2018, junto com a Agricultura Familiar e a Reforma Agrária. Qual a importância do Desenvolvimento Territorial para a política agrária?

A política agrária acontece nos estados e nos municípios, isto é, em territórios rurais com características muito específicas. Uma das formas da política de desenvolvimento territorial apoiar a política de reforma agrária é estudar a estrutura fundiária de cada território, para identificar como é composta a malha fundiária, como ela vem se modificando ao longo do tempo e estabelecer correlação entre essa realidade com as áreas de assentamento existentes e com os acampamentos, que são demandas por assentamentos de novas famílias. Esse é, portanto, um primeiro aspecto: estudar, prover de informações sobre a estrutura fundiária de um determinado território.

Depois, podemos promover debates sobre o Desenvolvimento territorial com os colegiados territoriais, que são instâncias formadas por membros da sociedade civil e do poder público local, onde estão representados os movimentos sociais, movimentos sindicais e organizações da sociedade civil. É muito importante que os colegiados possam discutir essa pauta da reforma agrária dentro do seu território.

Além disso, a abordagem territorial permite olhar para os assentamentos integrados ao território. Os assentamentos não estão isolados das demais áreas da agricultura familiar. Eles não são ilhas, estão num ambiente em que precisam se integrar ao conjunto da agricultura familiar daquele território para que eles possam se fortalecer mutuamente.

Nesse aspecto, a política de reforma agrária pode usar a abordagem territorial como forma de fortalecer os assentamentos da reforma agrária nesses territórios.

E para a agricultura familiar, qual o benefício que a abordagem territorial oferece para a construção de políticas públicas?

No caso da agricultura familiar, uma das vantagens é o ganho de escala, ou seja, pensar a agricultura familiar no contexto de um território é diferente de olhar no contexto de um município em que a escala é muito pequena e diferente da escala do Estado, porque a perspectiva é muito ampla para realizar articulações. O território é um espaço intermediário entre o Estado e o município, sendo mais adequada para a articulação e integração de políticas públicas, tanto para a oferta de ações multissetoriais vindas de diferentes ministérios e órgãos do governo federal, como também para articular projetos estratégicos que possam organizar a economia desses territórios em torno de cadeias produtivas, principalmente.

No caso da articulação de projetos estratégicos, cito como exemplo nossa parceria com o MDIC. Ela vai ser importante para desenvolver os Arranjos Produtivos Locais pela visão territorial. Além disso, queremos nos associar ao esforço do Ministério da Integração com as rotas produtivas, como Rota do Cordeiro, Rota do Mel, Rota da Fruticultura, Rota da mandiocultura. Vamos definir algumas dessas rotas que alcançam um número significativo de Territórios da Cidadania para estabelecer projetos estratégicos de forma a articular as políticas do MDA em parcerias com o MDIC, com o Ministério da Integração, além dos ministérios do Desenvolvimento Social e da Educação, que já são parceiros atuantes com o MDA.

Dentro dos objetivos estratégicos, o que podemos destacar para 2016?

Vamos olhar a ação da SDT a partir de objetivos estratégicos já consagrados: o apoio à gestão social, o apoio à articulação e integração de políticas públicas e o provimento de infraestrutura através do PROINF. Nós já temos uma tradição da secretaria de atuar nessas áreas. No entanto, gostaria de destacar um objetivo estratégico importante: a ampliação das capacidades e das competências territoriais. Precisamos compreender que, para promover o desenvolvimento territorial precisamos que a população dos territórios tenha maior a educação em todos os níveis. Nós vamos trabalhar nessa perspectiva. Nossa colaboração é modesta em termos de oferecer capacitação diretamente a esse público, mas as políticas do MDA e da SDT em parceria com o Ministério da Educação, podem priorizar programas importantes como o Pronatec, Pronatec campo, a ação com as escolas famílias agrícolas e as casas familiares rurais, que utilizam a pedagogia da alternância, além de outros programas importantes voltados para a alfabetização de jovens e adultos.

Precisamos de um modo geral aumentar a capacidade de as pessoas fazerem a gestão social do seu território, de influenciar com mais qualidade a proposição do desenvolvimento. E isso vai refletir nas políticas públicas tanto do MDA como também dos demais ministérios do governo federal e de outras unidades como os governos estaduais e municipais. Portanto, um destaque é para o esforço na área da educação voltada sobretudo para as pessoas do campo, mas também compreendendo toda a população do território rural.

O Semiárido brasileiro será uma prioridade da SDT em 2016. Como será?

Sim, o semiárido brasileiro será uma outra prioridade na SDT este ano. Temos no ambiente do semiárido brasileiro quase metade dos agricultores familiares no Brasil. Temos, por exemplo, agricultores familiares com acesso ao crédito rural muito abaixo da média nacional em termos de valores financiados. É uma região bastante desafiadora pelas questões climáticas e também pela estrutura fundiária. Precisamos aproveitar o momento de chuvas na região do semiárido para planejar ações permanentes. Não podemos pensar o semiárido somente nos momentos de seca e da emergência. Vamos utilizar o projeto Dom Helder Câmara, que é um projeto importante que a SDT e o MDA realizam naquela região para buscar soluções para a agricultura familiar. Enfrentar temas como a desertificação, o abastecimento de água, as tecnologias adaptadas a convivência com a seca, especialmente na produção agrícola. Outro desafio que precisamos tratar é a questão da alimentação animal que é um dos maiores problemas nos períodos de seca. Ter um olhar especial para os territórios rurais do semiárido brasileiro com o foco no fortalecimento da agricultura familiar é um desafio novo que a SDT está assumindo para 2016.

São Félix do Xingu tem o primeiro Plano ABC municipal do país. João Carlos Rodrigues. Site do MAPA. 05/02/2016.

Projeto segue o modelo da política nacional coordenada pelo Ministério da Agricultura. O boi, o pasto, a lavoura e a floresta manejados de forma diferente. Não mais isolados, mas integrados numa mesma área em busca de ganhos produção, produtividade e de algo ainda mais ambicioso em tempos de mudanças climáticas: a redução de gases de efeito estufa no setor rural. Com essa meta, o governo federal começou a implementar, em setembro de 2011, o Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono). Hoje, 19

estados e o Distrito Federal têm planos ABC regionais. Agora, essa política pública também passou a despertar o interesse de municípios.

Dono do maior rebanho bovino brasileiro, com 2,2 milhões de cabeças, São Félix do Xingu, no Pará, é o primeiro município do país a criar um comitê local do ABC e a pedir o apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para planejar suas ações. “Isso mostra o sucesso do plano”, diz o coordenador de Manejo Sustentável dos Sistemas Produtivos da Secretaria de Produtor Rural e Cooperativismo do Mapa, Elvison Ramos.

De acordo com ele, o ABC nacional – uma das prioridades da gestão da ministra Kátia Abreu – não prevê a adesão dos municípios, mas a iniciativa de São Félix do Xingu aponta para um cenário promissor. “O ideal é que os municípios também comecem a se interessar por essa política pública de ações sustentáveis.” A redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE), observa, é um compromisso assumido pelo Brasil durante a COP15, na Dinamarca, em 2009.

Esta semana, Elvison Ramos esteve reunido com representantes da ONG The Nature Conservancy (TNC), que apoia o comitê municipal do Plano ABC de São Félix do Xingu por meio de parceria com a prefeitura. O grupo obteve a garantia de que o Mapa contribuirá na elaboração do Plano ABC local. Na segunda quinzena de março, o ministério participará de um seminário na cidade.

O evento reunirá prefeitura, sindicato rural, associações de produtores, academia, extensão rural pública e privada e outras entidades envolvidas com a produção agropecuária para debater o planejamento das ações a serem desenvolvidas, como metas de redução de emissão de gases de efeito estufa, capacitação e uso de tecnologias mitigadoras de GEE.

O comitê municipal do Plano ABC foi instituído no final do ano passado, com a edição do decreto que criou o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura do Município de São Félix do Xingu. A meta é reduzir as emissões de gases de efeito estufa em São Félix – no sul do Pará – para melhorar a eficiência no uso de recursos naturais e aumentar a resiliência dos sistemas produtivos e de comunidades rurais, além de possibilitar a adaptação do setor agropecuário às mudanças climáticas.

Pecuária sustentável

O interesse de São Félix do Xingu em ter a versão municipal do Plano ABC – o primeiro passo foi a criação do comitê – decorre de sua forte vocação para a pecuária, segundo o

coordenador de Produção Sustentável da ONG TNC, Francisco Fonseca. O gado emite gás metano, potencialmente um dos grandes responsáveis pelo aquecimento global. Com cerca de 8 milhões de hectares, o município também tinha alto índice de desmatamento, o que começou a ser revertido a partir de 2009.

A parceria entre a prefeitura e a TNC já resultou na criação de 15 unidades demonstrativas do ABC, voltadas à pecuária, e três em áreas de cultivo de cacau. Segundo Fonseca, a proposta é fazer com que os produtores do município visitem esses locais para conhecer as tecnologias da política pública. “Queremos sensibilizá-los para que venham a desenvolver a agricultura de baixo carbono”, reforça o coordenador da ONG. Atualmente, São Félix tem 6 mil agropecuaristas registrados no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Um contingente de cerca de 10 mil pequenos produtores está fora do CAR.

A proposta é levar aos produtores do município, por intermédio do ABC, assistência técnica, capacitação e acesso ao crédito das tecnologias sustentáveis, reforça Fonseca. O plano nacional é estruturado em seis ações: recuperação de pastagens degradadas; integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF), sistema plantio direto (SPD), fixação biológica de nitrogênio (FBN), florestas plantadas (FP) e tratamento de dejetos animais. As linhas de crédito para essas atividades são disponibilizadas por meio do Programa ABC – braço executivo da política pública federal.

De setembro de 2011 para cá, 26.357 produtores de todo país já aderiam a alguma das seis tecnologias do ABC, informa Elvison Ramos. Nesse período, acrescenta, foram capacitadas 31.406 pessoas (70% técnicos, 20% produtores e 10% estudantes).

O plano também contabiliza a recuperação de 3 milhões de hectares de pastagens degradadas, a integração lavoura-pecuária-floresta de 451,8 mil hectares, o plantio direto em 2,8 milhões de hectares e uma área de 1,5 milhão de florestas plantadas.

DGM Brasil financiará projetos no Cerrado. Lucas Tolentino. Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 08/02/2016

Serão disponibilizados R\$ 4 milhões para iniciativas de conservação ambiental e inclusão social dos povos tradicionais do bioma.

Os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais do cerrado contarão com apoio para projetos que evitem o desmatamento e a degradação do bioma e que promovam a proteção, a conservação dos recursos naturais e a inclusão social. Está aberto, até 25 de

abril, edital que disponibilizará até R\$ 4 milhões para financiar essas iniciativas. Podem participar as organizações representativas dos povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais, inseridas total ou parcialmente no cerrado ou ainda Organizações Não Governamentais (ONG) de assessoria a esses povos.

Serão realizadas oficinas de divulgação do edital em três cidades: Brasília/DF (24 a 26/02), Imperatriz/MA (29/02 a 02/03) e Cuiabá/MT (03 a 05/03). As inscrições podem ser feitas até 12 de fevereiro. Cada organização poderá indicar um representante, que terá as despesas de viagem custeadas pelo programa.

PARTICIPAÇÃO FORTALECIDA

A chamada integra o Mecanismo de Doação Dedicado a Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais do Brasil (DGM Brasil) e o DGM Global, que visa fortalecer a participação destes povos e comunidades na discussão sobre mecanismo Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+) e ampliação da conservação, do manejo e aumento dos estoques de carbono florestal em nível local, nacional e global.

Essa estratégia faz parte do Programa de Investimento Florestal (FIP), que compõe o Fundo Estratégico do Clima (Strategic Climate Fund – SCF), iniciativa global em execução no Brasil e em outros sete países.

O objetivo é potencializar a participação dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais na promoção do uso sustentável das suas terras, além de restaurar os ecossistemas, para redução da pressão sobre os recursos naturais e redução dos efeitos das mudanças climáticas. A iniciativa pretende, ainda, beneficiá-los por meio de ações demandadas por eles, fortalecer as organizações representativas e qualificar as políticas de conservação florestal.

COMO PARTICIPAR DO EDITAL

Para se inscrever, o proponente deve preencher formulário de acordo com o tipo de projeto: gestão de recursos naturais (até R\$ 195 mil), produtivos orientados para o mercado (até R\$ 156 mil) e de resposta a ameaças imediatas (até R\$ 78 mil). Ao todo, são 13 linhas temáticas prioritárias. Entre elas, estão o cultivo de espécies florestais, manejo de vegetação nativa, apoio às comunidades agroextrativistas, gestão territorial e ambiental e fomento a inovações de tecnologias sociais de adaptação às mudanças climáticas.

A inscrição é gratuita e deve ser enviada por correio com postagem até 25 de abril. São

exigidas cópias simples dos seguintes documentos: Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), estatuto social, ata de constituição e ata de posse da atual diretoria da organização e carta de anuência das comunidades beneficiárias no caso de propostas feitas por entidades de apoio. Também são necessárias cópias simples do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e carteira de identidade do responsável legal do projeto.

Exportação de sisal melhora renda de agricultores baianos. Site da CONAB. 08/02/2016.

A produção de sisal em 2015 no Brasil, maior produtor e exportador mundial da fibra, foi estimada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em 91,1 mil toneladas. O volume é 4,7% inferior às 95,4 mil toneladas de 2014, mas os preços subiram 30%, assegurando renda ao produtor.

Os preços médios anuais recebidos saltaram de R\$ 2,37 o quilo em 2014 para R\$ 3,08 em 2015. Com isso, foram beneficiados todos os agentes da cadeia produtiva do sisal, incentivando também novas plantações e a melhoria do setor.

Em 2015, foram exportadas 66,2 mil toneladas do produto, 5% a menos que no ano anterior. Tal retração foi compensada por um aumento no valor FOB médio obtido, em dólares, e pela valorização cambial ocorrida no período. As exportações somaram US\$ 124 milhões de dólares, 7% a mais que em 2014, o maior volume de divisas obtido desde 1980 - início da série histórica.

O reflexo disso é o ingresso de cerca de R\$ 400 milhões de reais no Território do Sisal. Para o técnico Ivo Naves, que produziu o relatório, os números são pequenos se relacionados com a magnitude da produção agrícola brasileira e das exportações agrícolas nacionais. "No entanto, o resultado é de alta relevância socioeconômica e ambiental para os cerca de 140 municípios, que compõem o Território do Sisal, no semiárido brasileiro, e que têm no sisal a maior geradora de empregos e renda na região e uma das únicas culturas ali possíveis", destaca.

PGPAF: oito produtos contam com bônus este mês. Site da FETRAF. 11/02/2016.

Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar vai financiar produção de babaçu, borracha, cacau, cana-de-açúcar, feijão caupi, mandioca, trigo e triticale

Escrito por: Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Agricultores familiares que cultivam babaçu, borracha, cacau, cana-de-açúcar, feijão caupi, mandioca, trigo e triticale contam, este mês, com o bônus do Programa de Garantia

de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) para os financiamentos destas oito culturas. A portaria foi publicada na última sexta-feira (5), no Diário Oficial da União (DOU).

Os preços de mercado e o bônus de desconto referem-se ao mês de janeiro de 2016 e têm validade para o período de 10 de fevereiro a 09 de março de 2016.

O babaçu, por exemplo, terá bônus em quatro estados: Tocantins, de 53,41%, Ceará, de 51,81%, Maranhão, de 46,99%, e Piauí, de 34,94%. É também o produto com o maior bônus em todos os estados.

A raiz de mandioca, no Espírito Santo, onde o preço de mercado ficou em R\$ 147,99 a tonelada, o preço de garantia cotou em R\$ 181,90, registrando bônus de 18,64%.

O bônus é calculado mensalmente, pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e divulgado pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA). A Conab faz um levantamento nas principais praças de comercialização dos produtos da agricultura familiar e que integram o PGPAF.

Cesta de produtos

Agricultores familiares que têm parcelas de operações de investimento do Pronaf terão desconto correspondente à média dos bônus do feijão, leite, mandioca e milho (cesta de produtos), concedidos mensalmente pelo Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF).

Neste mês, apenas o Espírito Santo terá bônus (4,66%), com base na cesta de produtos.

Preservação de nascentes será incentivada na região oeste de Santa Catarina. Site da CNA. 11/02/2016.

Chapecó / Santa Catarina (11 de fevereiro de 2016) - Para sensibilizar sobre a importância da preservação de nascentes, uma vez que a escassez de água vai muito além do que simplesmente fechar as torneiras, será apresentado nesta sexta-feira, 12 de fevereiro, a partir das 9 horas, o Programa Nacional de Proteção de Nascentes, no auditório do Frigorífico Aurora Chapecó II (Antigo Saic), em Chapecó.

O programa Nacional foi idealizado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Foi lançado em 2015 e, no mesmo ano, conseguiu proteger mais de 1400 nascentes de diversos Estados brasileiros. Agora, o programa será amplamente divulgado em âmbito Estadual. O programa ensina a proteger uma nascente em um dia, com cinco passos.

A apresentação do Programa será realizada pelo Superintendente do SENAR/SC, Gilmar Antônio Zanluchi. Participarão do encontro os coordenadores do programa de Olho na Qualidade Rural, iniciativa que integra o Encadeamento Produtivo desenvolvido pelo Sebrae/SC em parceria com a Cooperativa Central Aurora Alimentos, Senar, Sescoop, Sicoob, Fundação Aury Luiz Bodanese, Cooperalfa, Itaipu, Auriverde, Coolacer, Copérdia, Caslo, Cooper A1 e Coopervil.

O presidente da FAESC e do Conselho Administrativo do SENAR/SC, José Zeferino Pedrozo, destaca que a implementação do programa no Estado demonstra a preocupação do setor agropecuário com a qualidade da água e a preservação da biodiversidade catarinense. “A preservação das nascentes e dos olhos d’água é essencial para atender às necessidades do campo e dos centros urbanos, tanto para o consumo quanto para a produção de alimentos. A ideia é mostrar à sociedade brasileira que a conservação das centenas de milhares de nascentes em todo o Brasil é possível”, disse.

De acordo com o vice-presidente da Cooperativa Central Aurora Alimentos, Neivor Canton, a reunião marcará o fortalecimento da parceria Aurora, cooperativas filiadas, Sistema FAESC/SENAR, Sescoop e Sebrae. “Esta será uma importante etapa voltada à preservação ambiental e otimização dos recursos naturais nas propriedades rurais da região”.

PROGRAMA NACIONAL

O Sistema CNA/SENAR disponibiliza treinamento com 8 horas/aula, com apoio dos Sindicatos Rurais, no qual são desenvolvidas atividades nas propriedades rurais que incluem: identificar o tipo de nascente para definir o melhor caminho para sua proteção; cercar a área para impedir danos causados por animais, homens ou veículos; limpar a nascente (retirar materiais que possam contaminar ou obstruir o curso natural da água); controlar a erosão e impedir que enxurradas soterrarem a nascente e preparar o terreno e adubar as covas onde serão plantadas as mudas de espécies nativas para garantir o sucesso da recuperação da área da nascente.

No treinamento são apresentados os conteúdos sobre a importância da água, legislação ambiental, segurança e saúde no trabalho, cuidados com o meio ambiente, tipos de nascentes e formas de proteção. “Manter a nascente preservada minimiza os riscos de erosão, poluição ou outros acidentes naturais ou provocados pela intervenção humana”, explica Zanluchi.

Conheça o material disponível:

Acordo estimula potencial da compostagem. Marta Moraes. Site do Ministério do Meio Ambiente. 11/02/2016

Instituições parceiras fornecerão subsídios técnicos para as ações do MMA na gestão comunitária e institucional de resíduos orgânicos.

A compostagem promove a reciclagem dos resíduos orgânicos, gerando adubo e devolvendo à matéria orgânica seu papel natural de fertilizar os solos. Apesar disso, menos de 2% dos resíduos sólidos urbanos são atualmente destinados para compostagem. Para mudar esse quadro, a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério Ambiente (SRHU/MMA) dará início às ações previstas no Acordo de Cooperação Técnica com o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro) e o Serviço Social do Comércio em Santa Catarina (Sesc/SC), assinado em 28 de janeiro de 2016.

Segundo a secretária de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA, Cassandra Nunes, aproveitar este enorme potencial de nutrientes para devolver fertilidade para os solos brasileiros é um dos maiores desafios da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

O Acordo estabelece o intercâmbio de experiências entre as instituições e tem o objetivo de subsidiar tecnicamente as ações do MMA na gestão comunitária e institucional de resíduos orgânicos, associada à agricultura urbana e educação ambiental. Entre os principais resultados esperados para o primeiro ano de parceria estão o lançamento de uma cartilha sobre compostagem comunitária e institucional, e outra publicação sobre hortas escolares. “É fundamental a integração da produção de composto com a produção de alimentos. Precisamos quebrar o paradigma do aterramento para avançarmos para uma nova concepção de reciclagem dos resíduos orgânicos”, destacou Eduardo Rocha, gerente de Resíduos Sólidos do MMA.

RESÍDUOS URBANOS

Dentre os resíduos gerados nos municípios brasileiros, os mais presentes, no dia a dia da população, são os resíduos sólidos urbanos. Desses, metade é orgânico, constituído basicamente por restos de alimentos e podas. São resíduos que, em ambientes naturais

equilibrados, se degradam espontaneamente e reciclam seus nutrientes nos processos da natureza. Mas, em ambientes urbanos, representam um sério problema ambiental, gerando chorume, emissão de metano na atmosfera e favorecendo a proliferação de animais transmissores de doenças.

O tema ganhou destaque no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que vem discutindo uma resolução para "definir critérios e procedimentos para a produção de composto proveniente de resíduos sólidos orgânicos, para o licenciamento ambiental de unidades de compostagem". Em janeiro de 2016, o Comitê de Integração de Políticas Ambientais (Cipam) deliberou pela admissibilidade e pertinência da proposta de resolução para a compostagem.

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Há alguns anos, o Sesc/SC vem apostando na separação na fonte e compostagem institucional para tratar os resíduos orgânicos gerados nos restaurantes das suas unidades em Santa Catarina. O mérito foi reconhecido internacionalmente e a iniciativa foi inserida na Plataforma da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) de Boas Práticas para o Desenvolvimento Sustentável.

O Cepagro é uma instituição referência no Brasil na promoção de soluções integradas de gerenciamento de resíduos orgânicos associada à agricultura urbana e produção orgânica de alimentos. Seu projeto mais emblemático, a Revolução dos Baldinhos, acabou com uma epidemia de ratos na comunidade Chico Mendes, em Florianópolis (SC), por meio da compostagem comunitária. Atualmente, a ONG vem auxiliando o município de São Paulo na implementação do seu programa de gestão dos resíduos orgânicos.

BONS EXEMPLOS

Já na cidade de São Paulo, a prefeitura inaugurou, em 2015, a primeira central de compostagem inspirada exatamente no projeto Revolução dos Baldinhos, da Cepagro. Uma área de 3 mil metros quadrados na Lapa vem recebendo, desde a inauguração, 35 toneladas semanais de resíduos orgânicos coletados em 26 das 980 feiras espalhadas pela capital paulista.

O resultado do tratamento desses resíduos vem sendo usado nos cuidados de jardins e parques da cidade, no apoio à agricultura familiar e na produção de alimentos orgânicos e agroecológicos. Até agosto de 2016, o pátio da Lapa servirá como referência para outros

pátios e quatro centrais de compostagem que a prefeitura de São Paulo pretende implantar no município no próximo ano, descentralizando o processo.

Parte do lixo doméstico recolhido pelo serviço de limpeza urbana do Distrito Federal vai para uma usina de compostagem na região administrativa de Ceilândia, onde são produzidas 25 mil toneladas de adubo orgânico por ano. A maior parte desse adubo é doada para agricultores familiares e o restante é vendido a preços mais baixos do que os praticados no mercado, numa tentativa de diminuir a quantidade de lixo que vai para o aterro, ao mesmo tempo em que representa um grande incentivo aos produtores rurais.

MMA apoia projeto de adaptação à seca. Marta Moraes. Site do Ministério do Meio Ambiente. 12/02/2016

Iniciativa lançada no Rio Grande do Norte busca garantir que ações para o combate à desertificação não sofram descontinuidade.

Três municípios da região do Seridó, no Rio Grande do Norte, integrarão o Projeto Piloto de Combate à Desertificação, apresentado nesta sexta-feira (12), na Câmara Municipal de Parelhas (RN). As cidades de Carnaúba dos Dantas, Parelhas e Equador serão contempladas pelo projeto piloto, uma iniciativa do Programa RN Sustentável com o Banco Mundial, que será realizada em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Serão investidos R\$ 4 milhões para implementação, em nove comunidades nos três municípios, de boas práticas adaptadas à seca visando uma convivência sustentável com a semiaridez.

As associações contempladas receberão assistência técnica (ATER) para elaboração de diagnósticos, planos de investimentos e gestão socioambiental, execução dos projetos e capacitação dos beneficiários. O projeto terá a duração de até 30 meses.

Localizada em pleno semiárido, em área de solos de baixíssima fertilidade, a região do Seridó está submetida a regime de escassez e distribuição desigual de chuvas. Vivem atualmente no Seridó do Rio Grande do Norte quase 300 mil pessoas, 11% da população estadual.

TROCA DE EXPERIÊNCIAS

O objetivo da iniciativa é promover ações voltadas para recuperação do solo, manejo de paisagens, proteção e recuperação dos recursos naturais. “Além disso, espera-se promover a troca de experiências de convívio com a semiaridez garantindo que ações

implementadas no combate à desertificação não sofram descontinuidade”, destacou Francisco Campello, diretor do Departamento Nacional de Combate à Desertificação, presente à solenidade de apresentação do projeto.

O projeto será construído de forma unificada pelos governos do Rio Grande do Norte e da Paraíba, tendo como área prioritária a região do Seridó, que abrange municípios dos dois estados. Na Paraíba, os municípios que farão parte do piloto são: Várzea, Santa Luzia e São José do Sabugi.

Em 2015, o Projeto RN Sustentável, desenvolvido pelo governo do Rio Grande do Norte, recebeu o prêmio Dryland Champions, da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD), em reconhecimento à sua contribuição prática para o desenvolvimento sustentável.

Estiveram presentes ao evento no município de Parelhas representantes de associações comunitárias rurais, sindicatos de trabalhadores rurais, conselhos de controle social, instituições não governamentais e gestores ambientais estaduais e municipais.

Expertise brasileira é modelo para criação de sistema de produção e comercialização em El Salvador. Site da CONAB. 12/02/2016

As políticas públicas de apoio à produção e comercialização agrícola executadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) podem ajudar El Salvador na elaboração de um sistema de abastecimento e comercialização do feijão vermelho, um dos principais produtos consumidos no país. Com objetivo de buscar a expertise brasileira nas ações de abastecimento, a embaixadora de El Salvador no Brasil, Diana Vanegas, se reuniu com representantes da Companhia nesta sexta-feira (12).

"Precisamos desenvolver um sistema de ações que consiga maximizar os potenciais do setor agrícola, diminuindo a dependência na importação do feijão vermelho a ponto da própria produção ser capaz de abastecer o consumo interno, garantindo o fortalecimento dos agricultores e, ao mesmo tempo, a segurança alimentar da população", ressaltou a embaixadora.

Durante o encontro, foi ressaltada a necessidade de um diagnóstico da atual situação de mercado do produto em El Salvador, para que sejam definidas as ações que sustentarão o sistema a ser criado. "Tão importante quanto criar a estrutura de comercialização e abastecimento, é estabelecer os mecanismos de atuação, que darão suporte à atuação", destacou o gerente substituto de Gestão da Oferta da Companhia, Stelito Reis Neto.

A expectativa do governo de El Salvador é construir um plano operacional para implementar ações concretas que fortaleçam o sistema agrícola e alimentar do feijão vermelho.

Programa de Regularização Ambiental é implantado em Mato Grosso. Site da CNA. 12/02/2016.

Cuiabá / Mato Grosso (12 de fevereiro de 2016) - A Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) implantou, por meio do Decreto nº 420 do dia 05 de fevereiro de 2016, o Programa de Regularização Ambiental (PRA) em Mato Grosso. "O PRA foi criado pelo Código Florestal com objetivo de regularizar os passivos ambientais dos imóveis rurais que suprimiram vegetação antes de 22 de julho de 2008", explica a analista de Meio Ambiente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso - FAMATO, Lucélia Avi.

Segundo o decreto, o PRA compreenderá o conjunto de ações ou iniciativas que serão desenvolvidas por proprietários e possuidores rurais com o objetivo de adequar e promover a regularização ambiental.

Até que o módulo de regularização ambiental do SICAR seja implantado em Mato Grosso, o proprietário ou possuidor com passivo ambiental identificado na validação do CAR deverá firmar um Termo de Compromisso com o órgão ambiental, assumindo a obrigação de regularizar os passivos mediante a apresentação do Programa de Recomposição de Áreas degradadas ou alteradas (PRADA) e/ou Proposta de compensação.

O proprietário ou possuidor de imóveis rurais com passivo ambiental poderá aderir ao PRA para a regularização ambiental do seu imóvel rural assim terá direito aos benefícios do referido programa no prazo de um ano contado da publicação deste decreto ou no ato da inscrição do CAR.

"Um dos pontos mais importantes do decreto para o produtor rural é que após a assinatura do Termo de Compromisso, ele terá direito à suspensão das sanções decorrentes das infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008 relativas à supressão irregular de vegetação em Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de Uso Restrito", informa a analista.

A FAMATO reforça aos produtores rurais a importância de realizarem o CAR dentro do prazo, que termina no dia 05 de maio deste ano, pois não há previsão de prorrogação por

lei federal. Lucélia lembra que o produtor que não cumprir com essa obrigação vai perder os benefícios adquiridos por meio do Código Florestal.

Após realizar o cadastro, é necessário que o produtor acompanhe a validação das informações junto à Central de Comunicação do SICAR. "É por meio dessa central que ele verifica a necessidade de aderir ao PRA", explica Lucélia.

O decreto revoga alguns dispositivos dos Decretos que dispõem sobre a dispensa de Autorização de Limpeza e/ou Reforma de áreas no Estado de Mato Grosso (Decreto nº 2.151 de 12 de fevereiro de 2014) e o Programa Mato-grossense de Regularização Ambiental Rural – MT Legal (Decreto nº 2.238, de 13 de novembro de 2009).

Para mais informações sobre o assunto, acesse o Informativo Técnico sobre o assunto: http://sistemafamato.org.br/portal/famato/informativo_completo.php?id=286

Projeto DGM lança 1º edital no Brasil. Site da FETRAF. 15/02/2016.

O Projeto tem o objetivo de conceder subsídios destinados a melhorar a capacidade dos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais e apoiar suas iniciativas

Escrito por: FETRAF/BRASIL

O Projeto DGM/Brasil acaba de publicar um edital que apoiará projetos de Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais do Cerrado. O Projeto é uma iniciativa estabelecida no âmbito do Programa de Investimento Florestal (FIP) com o objetivo de conceder subsídios destinados a melhorar a capacidade dos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais e apoiar suas iniciativas em 8 países-piloto, sendo que o Brasil é um deles.

O Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM) foi escolhido por um processo de seleção pública como a Agência Executora Nacional (AEN) deste projeto e fará a gestão dos recursos destinados ao DGM/Brasil, apoiando as iniciativas das organizações proponentes.

O Projeto DGM/Brasil é coordenado por um Comitê Gestor Nacional formado por representações indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais com reconhecida atuação no Cerrado Brasileiro, ao qual cabem as decisões finais – inclusive a seleção das propostas inscritas neste edital.

As inscrições deverão ser feitas até o dia 25 de abril de 2016, através do correio.

Para ter acesso ao edital clique no link: edital: <http://www.dgmbrasil.org.br/pt-br/edital/>.

Produtores de Minas Gerais se unem para proteger nascentes. Site da CNA. 15/02/2016.

Viçosa/ Minas Gerais (15 de fevereiro de 2016) - Duas nascentes em Lajinha receberam trabalhos de proteção neste mês de fevereiro. A ação faz parte do Programa de Proteção de Nascentes lançado nacionalmente pelo Sistema CNA/SENAR no ano passado.

As atividades em Lajinha foram realizadas por 23 produtores que participaram do curso de Recuperação e Proteção de Nascentes: uma no Córrego Santa Cruz e outra no Córrego do Bagaço.

No Córrego Santa Cruz, a nascente fica na propriedade de Vicente Florindo de Freitas e Sirley Hubner Graciano de Freitas. Turistas acampam no local e Vicente os leva para um passeio na mata. “Tem três nascentes. Essa que foi protegida fica na rota que eu passo com o pessoal”, contou Vicente. “A gente aproveita para conscientizar as pessoas sobre meio ambiente e esse curso trouxe mais conhecimento”, disse Sirley.

No Córrego do Bagaço há muitos produtores com consciência ambiental, como o presidente da Cooperativa de Agricultura Familiar de Lajinha, Agnaldo de Jesus Santos. “O que nos motivou a participar do curso foi o mesmo espírito que fez surgir a cooperativa: buscar o diferencial. Somos um grupo que tem despertado para esse lado e está fazendo a sua parte. Sabemos da importância de preservar, mas o curso mostrou novas coisas. E promoveu um grande benefício, a nascente agora está lá protegida”, explicou.

Para ele, viver com qualidade no campo é possível a partir do momento em que se busca conhecimento. “A vida no campo ganha mais efeito a partir do momento em que aprendemos mais. O que motiva a continuar aqui é saber que podemos viver melhor do nossos avós”, destacou.

O curso

Na parte teórica, são abordados o conceito de nascente, descrição do Ciclo Hidrológico e informações sobre normas ambientais. Já na prática, são feitas as análises da área da nascente e das condições da captação de água, a construção do ponto de captação, georreferenciamento e delimitação da área de proteção. Para a recuperação da nascente é feito o desassoreamento com a captação da água em camada do solo mais profunda, onde ela flui naturalmente e forma um olho d'água.

O curso integra as ações do programa Nosso Ambiente do Sistema FAEMG. As nascentes receberam placas de identificação com latitude, longitude, altitude e data da proteção. Essas informações estão concentradas em um cadastro da FAEMG.

Programa

Nacional

O programa Nacional de Proteção de Nascentes foi idealizado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Foi lançado em 2015 e, no mesmo ano, conseguiu proteger mais de 1400 nascentes de diversos Estados brasileiros. Agora, o programa será amplamente divulgado em âmbito Estadual. O programa ensina a proteger uma nascente em um dia, com cinco passos.

Conheça o material disponível:

<http://www.canaldoprodutor.com.br/sobre-sistema-cna/projetos-e-programas/programa-especial-de-protecao-de-nascentes>

Diálogo com extrativistas produzirá plano para inclusão socioprodutiva. Site da CONAB. 16/02/2016.

Lideranças extrativistas de andiroba, borracha extrativa, açaí e babaçu do Pará e áreas próximas debaterão com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e outros órgãos dos governos federal e estadual sobre políticas e ações de inclusão socioprodutiva na região. A chamada Mesa de Diálogo reúne na próxima quarta-feira (17), em Marabá/PA, o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), movimentos sociais como o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), cooperativas e associações.

O evento contará com a presença do diretor de Política Agrícola e Informações da Companhia, João Marcelo Intini, representantes dos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Meio Ambiente (MMA), secretarias de estado, entre outros órgãos. O objetivo do encontro é criar um plano de ação para ampliar a inclusão socioprodutiva de extrativistas e fortalecer o diálogo entre a sociedade civil e o poder público de maneira integrada com o compromisso socioambiental. Para isso, será estabelecida uma agenda de atribuições compartilhada entre governo federal, estadual, CNS, MIQCB, cooperativas, associações e sociedade civil. Também estará em pauta a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), como uma das principais políticas de apoio à comercialização da produção familiar.

A reunião é desenvolvida em parceria com o MDA e integra o Painel de Desafios para a Implementação da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio). Ao mesmo tempo, a agenda é um desdobramento da Instalação da Mesa de Diálogos do Ministério do Meio Ambiente (MMA) com as Quebradeiras de Coco Babaçu, ocorrida em Brasília no final do ano passado.

A PGPM-Bio é uma subvenção do governo federal a 15 produtos do extrativismo. Os extrativistas individuais ou organizados em associações e/ou cooperativas recebem um bônus na venda do produto coletado nas florestas, desde que o negócio tenha sido realizado por um preço inferior ao mínimo fixado pelo governo federal.

Nos últimos sete anos, foram aplicados mais de R\$ 27 milhões no Programa, que visa o fortalecimento e o desenvolvimento socioeconômico das populações tradicionais, a permanência do homem na floresta e a garantia de renda, assim como a conservação, a preservação e o uso sustentável dos recursos naturais.

Brasil terá um atlas completo para o desenvolvimento sustentável da irrigação. Viviane Novaes. Site do MAPA. 17/02/2016.

O estudo pode ajudar no aumento da produtividade agrícola

Uma reunião nesta quarta-feira (17), em Brasília, discutiu a elaboração do Atlas da Irrigação no Brasil. O estudo está sendo preparado pela FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - a pedido do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O atlas irá fazer uma radiografia da irrigação no país e apontar em que regiões esta técnica pode ser ampliada, indicando áreas prioritárias, onde a tecnologia pode ser mais ou menos intensificada e desenvolvida com maiores retornos econômicos, sociais e ambientais. O estudo será uma ferramenta importante para o Plano Plurianual do governo (PPA), que está em elaboração. O plano deve indicar um crescimento da área irrigada no Brasil dos atuais 6 milhões para 7,5 milhões de hectares.

O crescimento da irrigação, da forma que está sendo concebida pelo atlas, pode ter muitas vantagens. “Uma delas é o aumento da produtividade, ou seja, maior quantidade produzida por hectare. Conseqüentemente, temos assim menor necessidade de abertura de novas áreas agrícolas”, conta Maria Emília Borges Alves, chefe de divisão da Coordenação Geral de Irrigação e Estratégias contra a Seca do ministério.

A reunião desta quarta-feira contou com o secretário do Produtor Rural e Cooperativismo, Caio Rocha, técnicos do ministério, consultores que trabalham na elaboração do atlas e o representante da FAO no Brasil, Alan Bojanic. A previsão é que o estudo seja lançado até o final de março.

Lavouras mais sensíveis se ressentem. Janice Kiss. Valor Econômico. 18/02/2016.

Um futuro incerto ronda as lavouras de soja, milho, arroz e feijão do país. Nada há de errado com esses plantios. Eles só tendem a sofrer mais que outras plantações por conta do aquecimento do clima, quando as altas temperaturas podem não poupar as fases de floração e enchimento dos grãos, primordiais para uma colheita abundante.

A avaliação dos reveses do clima no campo faz parte do documento "Brasil 2040 - Alternativas de Adaptação às Mudanças Climáticas" feito em parceria por diversos grupos de pesquisa e encomendado pela Secretaria de Estudos Estratégicos da Presidência da República (SAE). A meta do trabalho é entender como o clima pode afetar o Brasil no futuro e servir como ferramenta para embasar políticas públicas de adaptação nas áreas da saúde, recursos hídricos, energia, agricultura e infraestrutura.

Publicado no final de 2015, o estudo revela que esses importantes cultivos - enquanto commodities (soja e milho) e alimentação do brasileiro (arroz e feijão) - podem ter suas áreas reduzidas: a primeira dupla, com 39% e 28%, e a segunda com 26% e 24%. "Os impactos recairão sobre produtores e consumidores", comenta Eduardo Assad, pesquisador da Embrapa e um dos principais especialistas em mudanças climáticas do Brasil.

Mas não é apenas isso. As terras no Mapitoba (confluência de áreas entre Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia) correm o risco de desvalorização em decorrência das mudanças na produção. Outros cultivos vão migrar, como a cana-de-açúcar, que se dá bem em temperaturas altas, mas pode se estabelecer em regiões que hoje são mais frias.

A conta da andança das lavouras e das perdas na produção atual de grãos alimentícios foram calculadas em US\$ 4 bilhões. O setor de soja arcará com cerca de 50% delas. O Mato Grosso, principal produtor do grão, perdeu 1 milhão de toneladas na safra 2015/16 por conta da estiagem.

Eduardo Assad está envolvido em estudos desse porte desde 2008, quando a Embrapa publicou o primeiro relatório sobre os efeitos do clima na agricultura. Mas ele não se

aflige em demasia. "O levantamento se baseia no cenário atual e se nada for feito para detê-lo", diz.

O pesquisador é entusiasta do Programa ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), lançado pelo governo federal há seis anos e que dá acesso ao financiamento de tecnologias agrícolas que interferem de forma benéfica no clima, como a recuperação de pastagens degradadas, integração lavoura-pecuária-floresta, tratamento de dejetos animais etc. Mesmo com percalços, como os juros mais altos e as dificuldades na extensão rural, o programa atingiu R\$ 3,65 bilhões (8 mil contratos) no ciclo 2014/15; 35,67% maior em relação à safra 2013/14.

Carlos Rittl, secretário- executivo do Observatório do Clima, acrescenta que além dessas tecnologias, o uso correto do território implica a restauração de florestas, especialmente em áreas de mananciais, para manter a água para a agricultura. "É um cuidado particular com os pequenos produtores, que possuem pouca margem de manobra", analisa.

O clima extremo é uma ameaça crescente para a segurança alimentar, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). "Não há erradicação da fome sem um acordo climático global", afirmou Ertharin Cousin, diretora do Programa Mundial de Alimentos, à época da convenção do clima, CoP-21, em Paris, ano passado. Segundo a agência, hoje cerca de 1 bilhão de pessoas estão desnutridas entre Ásia e África Subsaariana.

Mesmo que um alimento continue a ser cultivado não significa facilidade de acesso sobre ele. Conforme o Programa de Pesquisas em Mudanças Climáticas, Agricultura e Segurança Alimentar do CGIAR (parceira mundial para pesquisa em agricultura), o trigo, a soja, o milho e o arroz, que atualmente respondem por 75% das calorias consumidas pela humanidade, estão na mira do clima. Nas atuais condições climáticas, cerca de 4% das regiões produtoras do mundo enfrentam secas todos os anos. Até o fim do século acredita-se que essa parcela chegará a 18%.

Segundo a entidade, nos últimos 50 anos o mundo assistiu a uma padronização das dietas. Além da criação de sementes resistentes à seca e ao calor (Embrapa e Unicamp trabalham nessa linha de pesquisa) a CGIAR endossa o argumento de muitos profissionais da área da alimentação: diversificar a dieta para ter uma variedade mais rica de nutrientes e não depender de um sistema vulnerável.

Impulsionado o desenvolvimento rural. Mateus Zimmermann. Site do MDA. 18/02/2016.

Patrus conhece agroindústria Polpas Paraíso em Candeias do Jamari (RO)

Em visita ao estado de Rondônia, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, inaugurou a primeira agroindústria de polpa de frutas do assentamento Paraíso das Acácias, em Candeias do Jamari, nesta quinta-feira (18). Com capacidade de processar 10 toneladas por mês, a instalação, com mais de 48 metros construídos, vai beneficiar diretamente 152 famílias.

“Esta é a segunda vez, em um pouco mais de um ano, que venho a Rondônia, e vejo que este é um estado onde a agricultura familiar está se desenvolvendo e os assentamentos prosperando. Este é um estado onde temos perspectivas cada vez melhores nas agroindústrias, procurando agregar valor aos produtos da agricultura familiar”, afirmou o ministro ao saudar os assentados pela instalação da agroindústria.

O governador Confúcio Moura lembrou que o estado investe na agroindústria, como forma dos agricultores melhorarem de vida, agregando valor em seus produtos. “Já temos aproximadamente 700 agroindústrias no estado de Rondônia, uma demonstração viva de nosso interesse em levar a indústria pequena para os quintais, para as chácaras e para os sítios. Eu tenho certeza, onde tem agroindústria, a vida da família melhora”, destacou.

Na agroindústria Polpas Paraíso vão ser processadas manga, acerola, cupuaçu, goiaba, açaí, cajá e maracujá, que, transformadas em polpa, vão melhorar a renda e permitir lucro o ano inteiro.

Mais infraestrutura para assentamentos

Um termo de cooperação, entre o estado e o Incra, para investir na melhoria das estradas de 26 assentamentos do estado, foi firmado entre o ministro Patrus e o governador Confúcio. A iniciativa vai melhorar o escoamento da produção, facilitar o transporte escolar e melhorar o acesso a serviços públicos.

Com um investimento do governo federal de R\$ 19 milhões, na melhoria de infraestrutura, vão ser beneficiadas 1.442 famílias assentadas nos municípios de Costa Maques, Vale do Anary, Primavera de Rondônia, Parecis, Nova Brasilândia, Ariquemes, Theobroma, Chupinguaia, Vilhena, Cujubim, Alto Paraíso, Corumbiara e Machadinho d'Oeste.

Mais crédito

Durante o ato no assentamento Paraíso das Acácias, também foram assinados 41 contratos de financiamento, no total de R\$ 2,5 milhões, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), nas modalidades: Mais Alimentos, Pronaf A, Pronaf Jovem e Pronaf Mulher. Todos os agricultores que firmaram o contrato são assentados da reforma agrária no município de Candeias do Jamari.

Mais educação no campo

Ainda no município de Candeias do Jamari, o ministro Patrus e o governador Confúcio lançaram a pedra fundamental para a construção de uma escola família agrícola, dentro do assentamento da reforma agrária, Flor do Amazonas. Quando concluída a obra, vão poder estudar 250 jovens, dentro da pedagogia de alternância, onde o estudante passa um período na escola e outro em casa, aplicando os conhecimentos. A construção da escola no assentamento faz parte da compensação ambiental da usina hidrelétrica de Santo Antônio.

Bolsa Verde conserva biodiversidade. Letícia Verdi e Marta Moraes. Site do Ministério do Meio Ambiente. 19/02/2016

Relatório da Universidade Federal de Lavras sobre áreas atendidas pelo programa mostra resultados na conservação ambiental.

O programa Bolsa Verde está cumprindo seu papel de conservação. Segundo resultado de monitoramento ambiental realizado pela Universidade Federal de Lavras (UFLA/MG), entre 2012 e 2015, apenas 0,77% da área total inserida no programa sofreu supressão de vegetação nativa. O estudo monitorou 35 milhões de hectares, o que corresponde a 4% do território nacional, nas cinco regiões do Brasil e em 22 estados.

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde, lançado em setembro de 2011, concede, a cada trimestre, um benefício de R\$ 300 a famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas consideradas prioritárias para conservação ambiental. Atualmente, o programa alcança 76.795 beneficiários.

A divulgação dos dados do monitoramento foi apresentada nesta sexta-feira (19/02), durante seminário realizado no Ministério do Meio Ambiente (MMA), em Brasília. Participaram gestores, técnicos e pesquisadores do MMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Ministério do Desenvolvimento Agrário, UFLA, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e do Sistema de Proteção da

Amazônia (SIPAM), além de organizações da sociedade civil que representam o público beneficiado pelo programa.

Para o ministro em exercício do Meio Ambiente, Carlos Klink, o Bolsa Verde congrega várias ações que vão além da conservação ambiental. “Devemos estar atentos para realizar o enraizamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), nas ações do governo. O monitoramento do programa mostra quais serão os nossos desafios no futuro e os avanços que tivemos até agora”, afirmou ele.

O secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Carlos Guedes de Guedes, afirmou que o Bolsa Verde é um ponto de partida e não de chegada. Ele destacou a contribuição do programa para a inclusão socioprodutiva dos beneficiados. “As famílias passam a ser protagonistas das políticas públicas, unindo desenvolvimento ambiental com desenvolvimento sustentável e social”, disse.

A diretora do Departamento de Extrativismo do MMA, Juliana Simões, adiantou que o próximo passo, agora, será incluir no Bolsa Verde o monitoramento da biodiversidade, como as ararinhas azuis que serão reintroduzidas na natureza em 2019, na Bahia.

METODOLOGIA

No início do seminário foi apresentada, pelo coordenador de Geoprocessamento da UFLA, Antônio Carlos Couto Júnior, a metodologia utilizada no monitoramento ambiental. A base principal para extrair as informações são imagens de satélites coletadas a partir de duas fontes: o United States of Geological Survey (USGS, um mecanismo da Nasa) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). São analisadas imagens LandSat e ResourceSat, e todas as imagens utilizadas no trabalho são validadas manualmente por vários técnicos.

O PROGRAMA

O Bolsa Verde faz parte do Programa Brasil Sem Miséria e destina-se a famílias que desenvolvem atividades de uso sustentável dos recursos naturais em Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais, Reservas de Desenvolvimento Sustentável federais e Assentamentos Ambientalmente Diferenciados da Reforma Agrária. Territórios ocupados por ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais também podem ser inclusos no Programa, além de outras áreas rurais definidas por ato do Poder Executivo.

Como 47% das 16,2 milhões de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza estão na área rural, a proposta é aliar o aumento na renda dessa população à conservação dos ecossistemas e ao uso sustentável dos recursos naturais.

Agroecologia em debate. Site do MDA, 19/02/2016.

No intuito de mostrar a importância das práticas agroecológicas aos agricultores e agricultoras familiares, na próxima segunda-feira (22), especialistas no assunto estarão reunidos na sede do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), em Brasília, para debater o tema, ao vivo, via videoconferência.

Para a agricultura familiar, a agroecologia é um princípio fundamental, já que se propõe à produção de alimentos saudáveis, sem prejudicar o meio ambiente, além de levar em conta aspectos socioculturais e econômicos.

Na ocasião, as atuais políticas nacionais de agroecologia e também de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) serão debatidas, além da produção orgânica no âmbito da 2ª Conferência Nacional de Ater (2ªCnater).

Os interessados podem enviar perguntas pelo facebook do Condraf, pelo e-mail comunicacondraf@gmail.com ou pela própria página de exibição do vídeo, que vai ficar disponível no site da 2ª Cnater. Envie perguntas também para nosso whatsapp: (61) 9557-7406. Participe!

Agroecologia e Participação Social

A etapa nacional da 2ª Cnater vai ocorrer em Brasília, de 31 de maio a 3 de junho deste ano. O evento deve reunir cerca de mil pessoas de todos os territórios brasileiros. Até lá, a estimativa é que aproximadamente 40 mil pessoas tenham participado de conferências municipais, territoriais, estaduais e temáticas de Ater. Ao fim do processo, um documento será construído para nortear as políticas de Ater do MDA pelos próximos anos.

Energia renovável é opção para agricultores familiares. Tássia Navarro. Site do MDA. 19/02/2016.

É na zona rural do município de Quixeré, a 218 quilômetros da capital cearense, Fortaleza, que funciona a fábrica de polpa de frutas da Comunidade de Barreiras. Lá, toda a energia

utilizada na confecção do produto é renovável. A ideia partiu do agricultor Francisco Ednaldo Clementino, no início de 2015, e hoje garante a renda de mais de 50 pessoas.

Francisco Ednaldo conseguiu o maquinário por meio do Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Fedaf). Mas, a partir de agora, agricultores familiares e assentados da reforma agrária têm mais uma opção para adquirir equipamentos de geração de energia solar e eólica, por um preço abaixo do praticado no mercado. O Programa Mais Alimentos, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), incluiu essas opções em seu catálogo de máquinas disponíveis para financiamento.

A ação é uma parceria do MDA com a Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica) e a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar). O diretor do Programa Mais Alimentos, Lucas Ramalho, classifica o acordo como mais um impulso para o crescimento dos agricultores e explica porque resolveram investir na ação. “É um desafio posto para a humanidade como um todo. A gente passa por um contexto de aquecimento global, uma preocupação crescente com a sustentabilidade planetária e, o desafio da produção energética perpassa por todos os setores da sociedade. Existem muitos extrativistas que moram em locais que não são abastecidos por linhas de transmissão de energia elétrica e para essa população, em especial, a possibilidade desse tipo de tecnologia é uma solução importante”, destaca.

A utilização de energia renovável no campo pode ajudar a aumentar a produtividade e também levar mais condições ambientalmente corretas. Esse tipo de energia tem ampla variedade de aplicações no meio rural, como as placas fotovoltaicas - agora disponíveis no catálogo do Mais Alimentos. “Elas são capazes de gerar energia elétrica, por meio da captação da luz solar. Elas têm uma série de componentes usados em sequência. Então, tanto o suporte para fixação dessas placas, quanto cabeamentos, conversores de energia, baterias e uma série de equipamentos que funcionam em conjunto, para um sistema fotovoltaico, estarão passíveis de financiamento pelo Programa Mais Alimentos”, afirma o diretor.

Exemplo Quixeré

Assim que começou a utilizar energia eólica, a fábrica já reduziu os gastos com energia pela metade. “Gastávamos cerca de R\$ 1,3 mil. Hoje pagamos R\$ 400”, comemora. O agricultor conta que são inúmeros os benefícios em usar energia renovável. “Agora temos energia limpa e gastamos menos. É um conforto não se preocupar com o saldo de energia.

Também conseguimos reduzir o preço da nossa mercadoria, o que nos permitiu concorrer com o produto no mercado”, explica Francisco.

O agricultor Francisco Ednaldo, presidente da Associação Comunitária Ribeirinha de Barreiras, que conta com 20 associados, já trabalha na implantação da segunda fábrica de beneficiamento de frutas, que será mais moderna e vai gerar mais emprego e renda na comunidade. “Ainda esse ano deve ficar pronta. Com a fábrica vamos poder empregar mais umas 30 pessoas”, comemora.

O financiamento

Ao adquirir os equipamentos, por meio do Programa Mais Alimentos, os agricultores familiares e assentados da reforma agrária financiam materiais com condições de crédito diferenciadas das praticadas no mercado. Além disso, todos os contratos incluirão os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

O investimento nesses equipamentos, segundo Lucas Ramalho, é alto e leva alguns anos para que haja compensação financeira. “Isso leva, dependendo do lugar, de sete a dez anos. Como o Mais Alimentos dá dez anos para o pagamento desses produtos o investimento compensa. O que o agricultor deixar de pagar com fatura de energia elétrica e economizar ele consegue fazer o pagamento do investimento”, explica.

Agroecologia para nortear políticas de Ater. Site do MDS. 22/02/2016.

No intuito de mostrar a importância das práticas agroecológicas aos agricultores e agricultoras familiares, nesta segunda-feira (22), especialistas estiveram reunidos na sede do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), em Brasília, para debater o tema ao vivo, via videoconferência.

A agroecologia é um princípio fundamental na agricultura familiar, já que se propõe à produção de alimentos saudáveis, sem prejudicar o meio ambiente, levando em conta aspectos socioculturais e econômicos. “As políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) precisam acompanhar esse contexto”, afirmou Jean Mark, conselheiro do Condraf.

Apesar dos avanços na produção saudável, ainda é preciso trabalhar o tema em diversos espaços. “A Ater hoje, infelizmente, favorece o modelo de produção tradicional. Muitos técnicos de Ater não têm a formação adequada. Precisamos descobrir como ajustar as políticas à produção agroecológica”, propôs o conselheiro.

De acordo com Paulo Petersen, presidente da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) é uma boa referência para nortear a transição da política de Ater tradicional para o modelo agroecológico. “Temos que mudar também as instituições, não só as políticas. As universidades, por exemplo, precisam sair da referência produtivista e ver a agroecologia como uma ciência”, disse.

Cerca de 200 participantes online, de todas as regiões do Brasil, estiveram acompanhando a transmissão e enviando perguntas.

Mulheres e agroecologia

Muita gente não sabe, mas as mulheres têm um papel fundamental na promoção da agroecologia, segundo Iridiane Seibert, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). “Nosso papel é histórico na produção de alimentos saudáveis, no cuidado dos pequenos animais, na preservação das sementes crioulas e do saber popular”, salientou.

2ª Cnater

A videoconferência serve de base para discussões que serão abordadas na 2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (2ª Cnater), que vai ocorrer em Brasília, de 30 de maio a 3 de junho de 2016. Até lá, a estimativa é que aproximadamente 40 mil pessoas tenham sido mobilizadas em conferências municipais, territoriais, estaduais e temáticas de Ater. Ao fim do processo, um documento será construído para nortear as políticas de Ater do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) pelos próximos anos.

Açafrão da região de Mara Rosa, em Goiás, é o primeiro do país com indicação geográfica. João Carlos Rodrigues. Site do MAPA. 22/02/2016.

Expectativa de cooperativa local é que o selo de registro venha agregar valor ao condimento

A região do município de Mara Rosa é a primeira do estado de Goiás a ter indicação geográfica (IG) – selo conferido a produtos ou serviços característicos do seu local de origem, o que lhes atribui valor intrínseco, identidade própria, renome e os torna mais competitivos no mercado. Com apoio da Superintendência Federal de Agricultura de Goiás (SFA/GO), a Cooperativa dos Produtores de Açafrão de Mara Rosa

(Cooperação) obteve o registro de IG, na modalidade de indicação de procedência, para o açafrão (*Curcuma longa*). O açafrão goiano é o primeiro do país a conseguir a IG. “A expectativa é que o selo venha agregar valor ao nosso açafrão”, diz o presidente da entidade, Arlindo Simão Vaz, ao se referir ao registro concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) no início deste mês. O desafio agora, acrescenta, é fazer parcerias para formar uma rede de distribuição capaz de levar o produto a supermercados e outros estabelecimentos comerciais. Hoje, o açafrão da região de Mara Rosa é vendido em pequenas embalagens apenas no comércio local.

O IG para o açafrão – planta usada como condimento na gastronomia e pela indústria farmacêutica – é o resultado de 10 anos de trabalho entre o Mapa, Cooperação, Emater, Universidade Federal de Goiás (UFG), Sebrae e governo de Goiás, assinala o fiscal agropecuário Rodrigo Batista de Paula, da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário da SFA/GO. Ele e a agente de atendimento agropecuário Maria Aparecida Pereira da Silva cuidam da área de indicação geográfica do Mapa em Goiás.

Procedência

A área com a indicação de procedência do açafrão inclui, além de Mara Rosa, Estrela do Norte, Amaralina e Formoso. Os quatro municípios ficam no norte goiano, entre Uruaçu e Porangatu. “A gente espera que essa conquista também contribua para alavancar o desenvolvimento regional e sirva de estímulo para novos projetos de IG em Goiás”, observa Rodrigo.

A busca pelo registro de IG foi a forma encontrada pelos agricultores para proteger a procedência do açafrão produzido na região de Mara Rosa, destaca o presidente da Cooperação. Atualmente, acrescenta, cerca de 200 hectares são destinados ao cultivo da planta na área delimitada com indicação de procedência. Os 72 cooperados da entidade colheram em torno de 200 toneladas este ano.

De acordo com Rodrigo, a indicação geográfica só poderá ser utilizada pelos agricultores da região delimitada que sigam as normas técnicas de produção e beneficiamento estabelecidas no regulamento de uso. “Eles poderão exibir o selo no seu produto, evitando, assim, que outros produtores de açafrão não incluídos na área delimitada usem o nome geográfico irregularmente.”

Agroecologia para nortear políticas de Ater. Site do MDA. 22/02/2016.

No intuito de mostrar a importância das práticas agroecológicas aos agricultores e agricultoras familiares, nesta segunda-feira (22), especialistas estiveram reunidos na sede do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), em Brasília, para debater o tema ao vivo, via videoconferência.

A agroecologia é um princípio fundamental na agricultura familiar, já que se propõe à produção de alimentos saudáveis, sem prejudicar o meio ambiente, levando em conta aspectos socioculturais e econômicos. “As políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) precisam acompanhar esse contexto”, afirmou Jean Mark, conselheiro do Condraf.

Apesar dos avanços na produção saudável, ainda é preciso trabalhar o tema em diversos espaços. “A Ater hoje, infelizmente, favorece o modelo de produção tradicional. Muitos técnicos de Ater não têm a formação adequada. Precisamos descobrir como ajustar as políticas à produção agroecológica”, propôs o conselheiro.

De acordo com Paulo Petersen, presidente da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) é uma boa referência para nortear a transição da política de Ater tradicional para o modelo agroecológico. “Temos que mudar também as instituições, não só as políticas. As universidades, por exemplo, precisam sair da referência produtivista e ver a agroecologia como uma ciência”, disse.

Cerca de 200 participantes online, de todas as regiões do Brasil, estiveram acompanhando a transmissão e enviando perguntas.

Mulheres e agroecologia

Muita gente não sabe, mas as mulheres têm um papel fundamental na promoção da agroecologia, segundo Iridiane Seibert, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). “Nosso papel é histórico na produção de alimentos saudáveis, no cuidado dos pequenos animais, na preservação das sementes crioulas e do saber popular”, salientou.

2ª Cnater

A videoconferência serve de base para discussões que serão abordadas na 2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (2ª Cnater), que vai ocorrer em

Brasília, de 30 de maio a 3 de junho de 2016. Até lá, a estimativa é que aproximadamente 40 mil pessoas tenham sido mobilizadas em conferências municipais, territoriais, estaduais e temáticas de Ater. Ao fim do processo, um documento será construído para nortear as políticas de Ater do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) pelos próximos anos.

Incentivo à produção sustentável. Mateus Zimmermann. Site do MDA. 23/02/2016.

Em reunião com organizações, que incentivam a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, que integram a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), nesta terça-feira (23), em Brasília, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, reafirmou o compromisso da pasta para promoção de políticas com esse viés. Ele citou, em especial, a ampliação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e a implementação do II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). “É uma prioridade a defesa da agroecologia. Insistimos na produção de alimentos saudáveis e no desenvolvimento territorial, pois temos o entendimento que a execução das políticas públicas dentro dos territórios cria sinergias, e os alimentos saudáveis são fundamentais para garantir a segurança alimentar. Além disso, também estamos caminhando na consolidação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, a Anater, para modernizar a gestão da Ater em todo o território nacional”, afirmou o ministro Patrus ao pontuar algumas prioridades do MDA.

Para a Maria Emília Lisboa Pacheco, presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, “é preciso reconhecer a interligação entre a produção de alimentos orgânicos e a garantia de alimentos de qualidade para o Brasil”. Ela ainda realçou que ações como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são eficientes, tanto na transferência de renda quanto no incentivo para a produção de alimentos, por isso “devem ser mantidos e ampliados”.

Já o secretário executivo da ANA, Denis Monteiro, avaliou que é importante ter uma agenda permanente com o MDA, para aprofundar a evolução das políticas públicas. “Reconhecemos muitos avanços nas políticas públicas para agricultura familiar e populações tradicionais, mas, como sociedade civil, temos o papel de ficar vigilantes, para garantir o avanços das políticas voltadas para a agroecologia”, observou ao lembrar que os integrantes da ANA, estão preocupados com o uso excessivo de agrotóxicos e de plantas transgênicas.

Ao tratar sobre a construção do II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), Paulo Peterson, da Associação Brasileira de Agroecologia, cobrou que o seu processo de desenvolvimento e implementação passe por dentro dos colegiados territoriais. “Precisamos da articulação dos territórios, para conseguir implementar com maior eficiência o Planapo, integrando e consolidando os avanços que tivemos com o primeiro plano, para que o segundo seja ainda mais efetivo na transformação da realidade do campo”.

Mudanças climáticas e desenvolvimento rural sustentável. Najar Tubino. Carta Maior, 23/02/2016.

Se vamos discutir um novo modelo de desenvolvimento, o primeiro ponto é quanto custa o modelo do agronegócio se contabilizarmos os prejuízos ambientais.

O debate sobre o tema ocorreu na Fundação Perseu Abramo, dentro do Ciclo de Debates – Uma agenda democrática para o Brasil Rural-, realizado em parceria com a Fundação Friedrich Ebert Stiftung (FES), no dia 22 de fevereiro em São Paulo. A questão ambiental, a posição do Brasil diante do mundo, os reflexos na política interna e no desenvolvimento das populações do campo, tanto indígenas, como quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, ou que fazem parte dos 16,2 milhões de brasileiros que ainda continuam na extrema pobreza – 47% na zona rural.

“- A persistência das crises econômica e ambiental coloca na ordem do dia o repensar dos padrões de produção e consumo e estimula uma retomada em novas bases do debate sobre o desenvolvimento das nações. Questões como o desmatamento, contaminação dos solos, água e alimentos pelo uso de agrotóxicos geram conflitos ambientais e afetam a saúde dos trabalhadores e da população, além dos conflitos abertos com territórios indígenas e quilombolas pela incorporação de novas terras. Os efeitos já visíveis das mudanças climáticas pressionam os países a assumirem novos compromissos internacionais e a criarem as condições para o desenvolvimento sustentável, abarcando suas dimensões econômica, social e ambiental”.

Desafio de estabelecer um novo desenvolvimento rural

O trecho faz parte do conceito do ciclo de debates, que pretende discutir as novas funções da agricultura, o uso e gestão de recursos naturais e sobre as formas de viver e produzir

no meio rural. O Brasil enfrenta o desafio de estabelecer novas bases para o desenvolvimento rural. Justamente a definição maior é essa: desafio. Participaram da mesa Carlos Guedes, secretário do Ministério do Meio Ambiente para o extrativismo e desenvolvimento rural, Luiz Antonio Carvalho, assessor especial do MMA, Nilto Tatto, deputado federal do PT, Carmem Priscila Boschi, do MDS e Juliana Speranza, do MDS. Entre os participantes representantes da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, do Movimento dos Sem Terra, da Central Única dos Trabalhadores entre outros.

O ponto de partida é o documento Plano Nacional de Adaptação ao Clima, que envolve os setores importantes da economia, reuniu representantes da sociedade civil, de vários ministérios, e o volume atualizado tem 329 páginas. É a posição do Brasil diante do mundo, onde 36% das emissões de carbono serão reduzidas até 2025 e 43% até 2030. São metas, como ressaltou Luiz Carvalho. No caso da agricultura o problema brasileiro maior são as estratégias do agronegócio e das corporações para implantar suas políticas independentes das ações governamentais, muitas delas dependentes das ações dos governos estaduais e dos municípios. O Plano ABC lançado pelo Ministério da Agricultura há dois anos prevê uma série de alterações estratégicas, como retomar terras degradadas, incentivar o plantio direto, e recuperar áreas permanentes de preservação ambiental – inclui fontes de água, solo e vegetação.

Propostas não saem do papel

O problema é a distância entre as estratégias governamentais e a realidade no campo. Isso foi tema constante no debate. Como disse o deputado Nilto Tatto “precisamos trazer para a política interna o que defendemos na proposta internacional”. O uso da terra está no bojo da proposta brasileira, acentuou Luiz Carvalho. Os representantes da Fetraf e do MST rebatem: se não há reforma agrária, se as políticas públicas em benefício dos assentados não saem do papel, como falar em novo desenvolvimento rural? O próprio Tatto acabara de voltar de uma viagem no eixo Bauru-Araçatuba onde encontrou seis mil acampados na beira de estradas, em São Paulo. São 130 mil no Brasil. Claro, insistiram os representantes governamentais, o Brasil não pode abrir mão do agronegócio, das suas divisas, dos dólares da balança comercial. A questão é: se vamos discutir um novo modelo de desenvolvimento rural o primeiro ponto é quanto custa o modelo do agronegócio, se contabilizarmos os prejuízos ambientais- água, solo,

biodiversidade, envenenamento por agrotóxico. A oportunidade de discutir a questão frente às mudanças climáticas, como ressaltou Juliana Speranza, é traçar caminhos novos, que questionem a fórmula atual: soja, algodão, milho, eucalipto, cana e boi, expansão das fronteiras agrícolas no cerrado – a caixa d’água do Brasil- e da pecuária na Amazônia.

Perda de terras com as mudanças climáticas

O Plano Nacional de Adaptação ao Clima, na parte da agricultura, enfatiza a necessidade de inovação tecnológica, de desenvolver alternativas que permitam aos agrossistemas se adaptar aos novos cenários climáticos. Além de elevar a produtividade por área dos sistemas de cultivo de produtos alimentícios e de pastagens. Esse é o discurso do agronegócio. Significa mais transgênico, mais fertilizante nitrogenado, mais agrotóxicos. A fórmula das corporações é uma só: lucro para os acionistas. Um trecho do Plano de Adaptação ao Clima:

“- Poderá ocorrer no Brasil, em função das mudanças climáticas uma redução de até 10,6 milhões de hectares de terras destinadas à agricultura em 2030. Com reduções das áreas de florestas e matas nos estabelecimentos agrícolas, com aumento de áreas de pastagem. A diminuição das áreas de baixo risco climático para o plantio de produtos alimentares, como arroz, feijão e mandioca”.

Sem risco de retrocesso

Também haverá aumento da temperatura. Isso já é uma realidade regional no Brasil em 2016. O novo paradigma que os movimentos sociais querem discutir e implantar está ligada a defesa dos territórios da reforma agrária, dos indígenas e dos quilombolas – situação congelada no momento – o lançamento do II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, para se constituir uma linha alternativa de desenvolvimento rural. “- Para a criação de sistemas agrários resilientes é importante a promoção de estratégias de adaptação baseados no fortalecimento tanto das comunidades como dos ecossistemas”, como registra outro trecho do documento oficial na parte da soberania alimentar e nutricional.

Com uma ressalva: “não pode existir risco de retrocesso nas conquistas recentes da promoção da política de soberania alimentar e nutricional do país, por conta dos efeitos negativos das mudanças do clima”.

O resto, como disse Luiz Antônio Carvalho vai ser embate entre conservadores e as forças do campo democrático, tanto no Brasil, como no restante do mundo, para assegurar uma transição, se é que teremos tempo para isso, de um sistema capitalista carbonizado e outro

tipo de desenvolvimento para as nações. No caso, o carbonizado, sintetiza a essência do atual modelo econômico: concentrador de renda, poluidor, contra a inclusão social, sendo que os maiores atingidos estão nas regiões rurais. O debate continua dia 21 de março no auditório da Fundação Perseu Abramo com o tema “Direito a terra e ao território”.

Cresce demanda pelo curso de Recuperação e Proteção de Nascentes. Site da CNA. 24/02/2016.

A grave crise hídrica ocorrida no município de Marliéria, em Minas Gerais, no fim do ano passado, levou comunidades da região a necessitarem de abastecimento com caminhões-pipa. Essa situação é a responsável pelo aumento da procura pelos cursos de Recuperação e Proteção de Nascentes do SENAR MINAS, aponta a mobilizadora Edirlaine Araújo Quintão. No ano passado, foram realizadas quatro capacitações e para o primeiro quadrimestre deste ano estão previstas mais oito.

Motivada pela vontade de aprender para assegurar a preservação das três nascentes de sua propriedade, a pedagoga e produtora de leite Maria Francisca Rodrigues participou da primeira turma de 2016. “Preservar nossas nascentes é uma questão de sobrevivência, não existe vida sem água. Terminada esta etapa do treinamento, agora é hora de colocar em prática tudo o que aprendi”, diz.

O curso tem carga horária de 24 horas e é dividido em aulas teóricas e práticas, explica a instrutora Rosilene Aparecida Ferreira, especialista em Gestão Ambiental e em Educação Ambiental. “Começamos com a apresentação do conceito de nascente e passamos pela descrição do trabalho de recuperação, ciclo hidrológico, normas e legislação ambiental, captação da água e monitoramento e delimitação da área de proteção”, enumera.

Segundo Rosilene, por meio do treinamento o produtor rural toma conhecimento da importância da vegetação, em especial da mata ciliar e topo de morros, para a conservação dos cursos d’água. A limpeza e proteção com cercas das Áreas de Preservação Permanente (APPs) também foram pontos bastante enfatizados pela instrutora como formas de preservação dos mananciais.

Vazão da água aumenta após o trabalho feito no curso

Participativa, a turma do curso realizado na Comunidade do Antunes recebeu nota 10 da professora. “Todos foram muito participativos, perguntaram bastante e é muito gratificante ver a emoção dos alunos ao se darem conta da importância de se preservar as nascentes e APPs.”

Balanço

A mobilizadora Edirlaine conta que, além de contribuir para a recuperação das nascentes, o curso trouxe aos participantes uma maior conscientização e aceitação das normas para proteção das áreas que devem ser preservadas. “As próprias comunidades estão divulgando os cursos quase que como um milagre. O primeiro que realizamos, na Comunidade do Mundo Novo, é um exemplo interessante desta transformação. Lá, a parte prática foi feita em uma nascente em que a vazão inicial era de cerca de 1.600 litros e quando terminamos a capacitação ela já havia subido para 15.000 litros por dia. Como os moradores dessa comunidade passaram por uma falta drástica de água, se encantaram pelo curso e teve até um participante que me disse que o ‘Senar lhe trouxe a esperança de dias melhores’”, compartilha Edirlaine.

Programa Nacional

O programa Nacional de Proteção de Nascentes foi idealizado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Foi lançado em 2015 e, no mesmo ano, conseguiu proteger mais de 1400 nascentes de diversos Estados brasileiros. Agora, o programa será amplamente divulgado em âmbito Estadual. O programa ensina a proteger uma nascente em um dia, com cinco passos.

Conheça o material disponível:

<http://www.canaldoprodutor.com.br/sobre-sistema-cna/projetos-e-programas/programa-especial-de-protecao-de-nascentes>

O uso da terra e as mudanças climáticas. Tatiana Carlotti. Carta Maior. 25/02/2016.

A necessidade do enfrentamento do agronegócio para enfrentar os desafios das mudanças climáticas foi consenso durante encontro na Fundação Perseu Abramo

A Fundação Friedrich Ebert (FES) e a Fundação Perseu Abramo (FPA) promoveram nesta segunda-feira (23.02) mais um debate da série “Uma Agenda Democrática para o Brasil Rural”. O debate “Mudanças Climáticas e o Desenvolvimento Rural Sustentável” foi o terceiro encontro voltado à compreensão das dinâmicas e desafios do uso e gestão dos recursos naturais, para o estabelecimento de novas bases para o desenvolvimento rural no país.

Participaram do debate Carlos Guedes, secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Luiz Antônio Carvalho, assessor

especial do MMA; Priscila Bocchi, coordenadora-geral de monitoramento das ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN-MDS); a pesquisadora Juliana Speranza (CERESAN) e o deputado Nilton Tatto (PT-SP).

Durante as apresentações, foram detalhados os compromissos do Brasil na COP21. Luiz Antônio Carvalho relatou os principais avanços do Acordo de Paris, detalhando a **iNDC** (pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada), termo pelo qual o país se comprometeu a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005 até 2025; e 43% abaixo dos níveis de 2005, até 2030.

Ele apontou também a tendência de descarbonização da economia que incluiu metas como a participação de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética até 2030; e o reflorestamento de 12 milhões de hectares. “Se eu não conseguir aqui (determinada área econômica), vou ter que conseguir em outro lugar. Não são mais metas setoriais, temos agora termos absolutos”, avaliou.

O uso da terra

Carvalho destacou que o grosso da contribuição brasileira nesse esforço global está no uso da terra. “Não podemos abrir mão de objetivos e metas na questão do agronegócio porque seu impacto é muito forte. Se fôssemos trabalhar só com a agricultura familiar a nossa contribuição não seria. Por outro lado, não devemos reduzir a participação a esse setor da economia.”

Na sua avaliação, a primeira vitória foi conseguir o acordo. “Não tem como voltar atrás. A regulamentação ainda vai acontecer, mas já temos os princípios gerais estabelecidos”. Já Carlos Mario Guedes destacou, em sua apresentação, que o conceito global que começa a ser desenhado com o Acordo de Paris abre uma nova agenda no mundo e, em especial, no Brasil. Destacando a dificuldade de se romper com um modelo de desenvolvimento com base em combustíveis fósseis e exclusão social. “Esse é o debate que tem nos motivado no MMA”, aponta.

Segundo ele, “as metas de mitigação que o Brasil assume no caso do uso da terra estão relacionadas com a agricultura de escala”. Em sua visão, elas abrem uma agenda para a agricultura familiar e das populações tradicionais, na agenda de adaptação, a partir do que foi acumulado tanto em termos de preservação do meio ambiente, quanto no de valorização do conhecimento tradicional.

Oportunidades

“Várias porções do território nacional podem ser trabalhadas com novos conceitos”, afirmou, para dialogar com essa agenda com o debate da agroecologia e da agricultura orgânica. “Temos muito a disputar, mas temos muito para trabalhar”. Ele citou várias porções do território que podem ser trabalhadas dentro desse novo conceito.

O Brasil conta hoje com 80 milhões de hectares da agricultura familiar registrados no Censo Agropecuário, 100 milhões de hectares em terras indígenas e 20 milhões de hectares em unidade de conservação de uso sustentável. Ele contou que o Plano Safra que vem sendo discutido no MMA já traz elementos da adaptação climática.

Salientando que a agenda da mudança do clima e a do desenvolvimento sustentável devem ser perseguidas conjuntamente, Guedes apontou que essas agendas não devem ser desconectadas. “É isso que permite uma discussão sobre um modelo de desenvolvimento mais sustentável e menos excludente, na perspectiva do apoio a quem mais precisa”, defendeu.

Enfrentamento do agronegócio

A necessidade do enfrentamento do agronegócio para, efetivamente, enfrentar os desafios das mudanças climáticas, em curso, foi consenso durante o encontro. Na avaliação do deputado Nilton Tatto (PT-SP), enfrentar a concentração fundiária no país é urgente.

Denunciando a presença de 130 mil famílias acampadas, 4 mil comunidades quilombolas a espera de titulação, além da necessidade da demarcação de terras indígenas, o parlamentar ressaltou que não se trata de uma agenda social, mas de medidas que permitam diminuir a emissão de gases poluentes no Brasil.

“Não enfrentamos ainda o modelo exportador do agronegócio”, apontou, citando que 95% da produção de milho é transgênica no Brasil. “Trata-se de um modelo concentrador de renda, que prioriza a produção para aumentar o PIB e a balança comercial, deixando nas mãos das transnacionais o controle das sementes. Segurança alimentar tem a ver com segurança nacional”, sublinhou.

O tema da segurança alimentar também teve destaque durante o debate. A pesquisadora Priscila Bocchi, coordenadora-geral de monitoramento das ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN-MDS), citou o impacto das mudanças climáticas para a segurança alimentar e nutricional do país, mencionando os esforços do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA) relativos ao tema.

Segurança Alimentar

Priscila destacou que o Plano defende, entre as políticas públicas a serem fortalecidas, as ações voltadas à agricultura familiar, em todas as suas dimensões, passando pelas questões relacionadas à inclusão produtiva e ao acesso às novas tecnologias sociais. Ela também comentou sobre os esforços do PNA em trabalhar a questão hídrica e o processo de desertificação em curso no país. Citando o exemplo da construção de cisternas, Priscila ressaltou a necessidade da pesquisa e do desenvolvimento de novas tecnologias de acesso à água, tanto para consumo quanto para a produção de alimentos. Já a pesquisadora Juliana Speranza do Ceresan-UFRRJ detalhou o PNA que conta com a participação de onze ministérios em sua elaboração. “O grande objetivo do Plano é o contágio da lente climática na formulação de políticas pública e de projetos de desenvolvimento”, afirmou.

“Não estamos falando só de acrescentar o adjetivo de sustentabilidade em uma política ou em uma agenda de desenvolvimento rural, mas de uma oportunidade, quando essas agendas se cruzam, de questionar o modelo de desenvolvimento”, destacou.

Citando a apropriação do termo “sustentabilidade” pelo agronegócio, ela relatou que o padrão de emissão de gases de efeito estufa vem se intensificando no país. Os setores que mais emite esses gases? O do agronegócio, juntamente com o setor de energia, apontou.

Questões latentes

A plateia constituída, em grande parte, por especialistas e envolvidos na questão da terra, além de representantes dos movimentos sociais, externou a preocupação diante da dificuldade da implementação, efetiva, dos compromissos federais.

A luta de classes e os embates entre agricultura familiar e agronegócio vieram à tona, com destaque ao papel central da reforma agrária e da agricultura familiar para o estabelecimento de um efetivo modelo de sustentabilidade e de um novo padrão de desenvolvimento ao país.

Também foram debatidas questões como a ambientalização da economia e a apropriação do discurso da sustentabilidade pelo agronegócio. Entre os gargalos: a ilegalidade na compra de terras por estrangeiros e o fortalecimento do modelo excludente do agronegócio que sequer reconhece o papel central da agricultura familiar para o país.

Como apontou Carvalho, esse setor brada que “o Brasil vive por causa do agro. Parece que são eles que carregam o país e não que o país os carrega nas costas”. **Confiram aqui** a íntegra do debate no site da FPA.

Próximos encontros

Em sua próxima sessão de debates, programada para o dia 21.03, a FES-FPA discutirá o “Direito à Terra e ao Território na agenda democrática do desenvolvimento rural”.

Em abril, está programado o debate “Agricultura Familiar, Agroecologia e Alimentação saudável (18.04); em maio, “As mulheres na agenda democrática do Brasil Rural” (23.05); e em junho “A agenda democrática do desenvolvimento no semiárido” (20.06.2016). Os encontros acontecem na sede da FPA.

Abertas consultas públicas para mudança nas normas de pequenas agroindústrias de mel e ovos. Priscilla Mendes. Site do MAPA. 25/02/2016.

Mapa vai adequar a legislação para atender à realidade de pequenos produtores
O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) abriu nesta quinta-feira (25) consulta pública de 60 dias para que a sociedade envie sugestões ou comentários à proposta que altera normas exigidas a pequenas agroindústrias de mel, ovos de galinha e de codorna e derivados. A pasta vai adequar a legislação atual para dar segurança jurídica aos pequenos agricultores e, ao mesmo tempo, garantir segurança e inocuidade aos alimentos.

As consultas públicas foram publicadas na edição desta quinta-feira do Diário Oficial da União, que também traz as propostas de Instrução Normativa (IN) elaboradas pelo Mapa. O documento estabelece os requisitos de equivalência ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) relativos a estrutura física, dependências e equipamentos das pequenas agroindústrias de mel e ovos.

O principal objetivo é reduzir cobranças incompatíveis com o tamanho da atividade dos estabelecimentos. Hoje, grande parte desses agricultores desenvolve suas atividades informalmente porque as regras levam em conta apenas a realidade das agroindústrias de maior porte.

Todas as pessoas, órgãos e entidades interessadas têm 60 dias para enviar sugestões ou comentários aos canais de comunicação do Mapa (veja abaixo os endereços). Ao fim do

período, a proposta do ministério poderá ser alterada de acordo com as necessidades apontadas pela sociedade.

As mudanças nos requisitos das pequenas agroindústrias de mel e ovos faz parte de uma política do Mapa de desburocratizar e facilitar o trabalho do produtor rural. Outros produtos de origem animal também estão no foco. A consulta pública para os estabelecimentos produtores de leite e derivados se encerrou no último dia 18 e, para os próximos meses, o Mapa planeja contemplar ainda pescados, embutidos e aves.

Requisitos

A proposta do Mapa define como pequeno estabelecimento aquele que recebe para processamento no máximo 2.400 ovos de galinha ou 12 mil ovos de codorna por dia. Para o mel, o limite é de 40 toneladas de mel processados por ano. Em ambos os casos, a agroindústria deve possuir área útil construída de até 250 metros quadrados.

As instruções normativas propostas não abrem mão do rigor sanitário, mas flexibilizam algumas normas para atender à realidade dos pequenos produtores. Determina que os estabelecimentos tenham condições higiênico-sanitárias compatíveis com trabalhos de inspeção sanitária, manipulação de matérias-primas, elaboração de produtos e subprodutos e higienização. Traz ainda, de forma detalhada, exigências em relação às características físicas, condições de temperatura e ventilação e material a ser utilizado em paredes, tetos e pisos.

Ministra anuncia primeiro zoneamento de risco climático para Roraima. Priscilla Mendes. Site do MAPA. 25/02/2016.

Estudo contempla as culturas de soja e milho e será publicado nas próximas semanas

A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) anunciou a liberação do primeiro zoneamento de risco climático do estado de Roraima, em reunião com o senador Romero Jucá (PMDB-RR). O estudo, que compreende as culturas de soja e milho, ajudará os produtores a planejar suas safras.

O zoneamento tem o objetivo de minimizar os riscos relacionados aos fenômenos climáticos e permite a cada município identificar a melhor época de plantio das culturas, nos diferentes tipos de solo e ciclos de cultivares. A técnica pode ser adotada por produtores rurais e agentes financeiros, por exemplo.

A ministra afirmou que, com o zoneamento, as plantações de soja e milho no estado estarão menos suscetíveis a riscos. Por isso os produtores serão capazes de negociar taxas

de juros menores ao contratarem crédito e seguro rural, disse durante reunião com o senador, nesta quarta-feira (24).

“Os produtores poderão tomar seus recursos tranquilamente sem os impedimentos que as instituições financeiras impõem a estados que não têm o zoneamento. Com risco alto, o juro é mais caro”, afirmou a ministra, que acrescentou que o senador Jucá vem dedicando atenção especial sobre o assunto junto ao Mapa.

O estudo do zoneamento de Roraima foi realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em parceria com o Mapa e deverá ser publicado no Diário Oficial da União nas próximas semanas.

São Paulo vai mesmo exportar florestas? Aurelio Padovezi e Marcelo Manara. Valor Econômico. 25/02/2016.

Em época de crise econômica pode parecer excentricidade investir em restauração florestal, mas uma análise mais profunda demonstra que países que investiram recursos, esforço e conhecimento para recuperar paisagens degradadas como estratégia de desenvolvimento econômico e ambiental tiveram ganhos exitosos.

A Costa Rica recuperou 80% da área total do país e, com isso, melhorou a qualidade e disponibilidade da água, aumentou a vida útil de suas hidrelétricas e ainda alavancou a indústria do ecoturismo; os Estados Unidos criaram um programa de crescimento que incluiu restauração florestal após a crise de 1929 e recuperaram 10 milhões de hectares de florestas em 30 anos. A China, por sua vez, empregou milhares de trabalhadores no seu programa "Grain for Green" (Grãos para o Verde) e conseguiu aumentar sua cobertura florestal em 8,1 milhões de hectares entre 1999 e 2006.

O novo Código Florestal é capaz de salvaguardar boa parte da vegetação nativa remanescente e de impulsionar a cadeia de valor da restauração florestal. O arcabouço legal e as ferramentas por ele instituídas viabilizaram o lançamento de ambiciosos anúncios internacionais como o de São Paulo, que na CoP-21 comprometeu-se a restaurar 300 mil hectares até 2020.

A estimativa mais conservadora indica a necessidade de recuperar 350 mil hectares de Áreas de Preservação Permanente (APPs) para legalizar as propriedades rurais paulistas. E restaurar ou compensar mais de 1 milhão de hectares de Reserva Legal - como é chamado o percentual de vegetação nativa que todas as propriedades rurais precisam ter.

O esforço necessário para recuperação dessas áreas (mais de 3,5% da área total do Estado) tem o potencial de gerar milhares de empregos na cadeia de valor da restauração florestal, representada por produtores de sementes e mudas, trabalhadores rurais, biólogos e engenheiros. Aumentar a cobertura florestal do Estado também significa aumentar a oferta de serviços ambientais, melhorando a capacidade de retenção da água no solo e reduzindo a sedimentação de rios e reservatórios, o que melhorará nossa capacidade de lidar com futuras crises hídricas.

A sociedade civil organizada observa com grande preocupação a frustrante distância entre intenções e gestos. A maior ação do governo paulista na agenda de restauração florestal para enfrentar nossa maior crise hídrica foi o Programa Nascentes que, no início de 2015, tinha a meta de restaurar 4.464 hectares no seu primeiro ano e não atingiu nem 5% dela. A dificuldade de alavancar a restauração florestal na escala necessária tem sido duramente sentida pela sua cadeia de valor. O não cumprimento das ações prometidas no Programa Nascentes contribuiu para o colapso no mercado regional de mudas florestais, com a paralisação das atividades de produção de quatro viveiros florestais apenas na região do Paraíba do Sul.

Cientes desse cenário, um grupo de instituições que trabalham pela restauração florestal lançou a campanha #MaisFlorestasPRASaoPaulo para garantir que o Programa de Regularização Ambiental (PRA) paulista traga incrementos reais à cobertura florestal do Estado. Pede ao governo um processo mais democrático e protesta contra a revogação da Resolução 004/2016 da Secretaria de Meio Ambiente, que estabelecia alguns critérios para o PRA paulista.

Como resposta, no dia 29 de janeiro, as Secretarias do Meio Ambiente e da Agricultura publicaram a Resolução conjunta 01, com o mesmo objetivo e bastante similar à Resolução revogada.

Para regularizar ambientalmente propriedades rurais que não cumprem o Código, além de recompor as Áreas de Preservação Permanente (APPs) é necessário escolher entre restaurar déficits de RL ou compensar o passivo. A compensação pode ser feita por meio de Servidão Florestal em outra propriedade rural que tenha excedente de floresta, em Unidade de Conservação ou ainda comprando Cotas de Reserva Ambiental (CRAs) de propriedades com excedentes de floresta, desde que estejam no mesmo bioma.

A Resolução conjunta estabelece em seu artigo 19 que a delimitação para compensação de Reserva Legal fora dos limites do Estado será objeto de resolução específica.

Entretanto no anexo 1, apresenta um mapa que deixa dúvidas sobre a verdadeira amplitude dessa região.

Um dos fatores que levaram à revogação da Resolução anterior foi a reclamação de proprietários rurais que desmataram mais do que deviam e agora terão que recuperar ou compensar passivos, sobre a proibição de compensar em áreas sem ligação com as bacias hidrográficas paulistas.

De fato, existem diversas regiões estratégicas para São Paulo investir em infraestrutura verde como os municípios Sapucaí-Mirim, Camanducaia, Itapeva e Extrema, em Minas Gerais, cujas águas abastecem o Sistema Cantareira. Entretanto, quais os benefícios ambientais trazidos para paulistas se suas Reservas Legais forem alocadas em Campo Grande (MS)? (Apenas um exemplo de município localizado no mapa mencionado).

Do ponto de vista econômico e legal, essa ampla região só favorece os grandes proprietários rurais, uma vez que podem se adequar à legislação pelo aluguel de excedentes florestais ou mesmo restaurando áreas degradadas em outros Estados, com menor valor da terra. Isso não se aplica aos pequenos proprietários, isentos da obrigatoriedade de recompor Reserva Legal.

Se permitir a exportação de investimentos em conservação e restauração para outros Estados, o governador poderá cometer um grave equívoco. O futuro dos mercados de commodities caminha para a valorização de produtos oriundos de sistemas produtivos sustentáveis, capazes de produzir alimento, energia e fibras e, ao mesmo tempo, garantir a manutenção da biodiversidade e de serviços ambientais.

São Paulo é um centro de excelência em restauração florestal, possui pesquisadores reconhecidos internacionalmente e exporta tecnologia em restauração para o Brasil e América Latina. Além disso, possui a melhor infraestrutura do país para promover restauração em larga escala. Delegar a demanda de restaurar um milhão de hectares de Reserva Legal para outros Estados é ignorar a oportunidade de desenvolver a economia do clima aqui, ignorar a capacidade interna e o potencial de geração de emprego e renda do setor e fechar os olhos para as oportunidades do futuro.

Aurelio Padovezi é vice-coordenador do Pacto pela Restauração da Mata Atlântica e Gerente de Programas de Florestas e Água do World Resources Institute (WRI Brasil).

Marcelo Manara, agrônomo, membro do conselho do Consema e Conama e consultor do Instituto Oikos de Agroecologia e KJM Advogados.

Agricultura saudável reduz emissões. Marta Moraes – Site do Ministério do Meio Ambiente. 26/02/2016

Em evento realizado em Ouricuri (PE), diretor do Ministério do Meio Ambiente reforça papel da agroecologia frente às mudanças climáticas.

O Ministério do Meio Ambiente participa neste sábado, 27 de fevereiro, em Ouricuri, no território do Araripe pernambucano, do encerramento da Caravana Agroecológica e Cultural do Araripe. Cerca de 120 pessoas de todos os estados do Semiárido brasileiro participam do encontro, iniciado no dia 25 de fevereiro (quinta-feira). Os participantes debatem no evento algumas experiências de famílias agricultoras da região que retratam as diferentes formas de produção, como os sistemas agroecológicos, irrigação, bovinocultura e alternativas para a convivência com o Semiárido.

Representante do Ministério do Meio Ambiente no encerramento, o diretor do Departamento de Combate à Desertificação do MMA, Francisco Campello, destaca que a agroecologia, mais do que a questão dos alimentos, é uma estratégia para o quadro de mudanças climáticas. “É também uma oportunidade da sociedade, via agricultura familiar, participar efetivamente dos compromissos que estão postos pela preocupação no mundo pelas mudanças climáticas”, ressaltou.

Segundo Campello, uma agricultura saudável, com base agroecológica, minimiza a emissão de carbono no solo, reduz o desmatamento ilegal e mantém os serviços ambientais. “Todos os esforços para convivência com o Semiárido integram, na verdade, uma ação estratégica de iniciativas adaptadas à seca, que permite o homem a conviver num ambiente árido com sustentabilidade, sem degradar o meio ambiente”, afirmou. Além disso, tal iniciativa apoia o combate à desertificação, numa ação de adaptação que se reflete no Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA).

O Plano é um instrumento elaborado pelo governo federal, em colaboração com a sociedade civil, setor privado e governos estaduais, que tem como objetivo promover a redução da vulnerabilidade nacional à mudança do clima e à gestão do risco associado a esse fenômeno. “O importante é mostrar como somos parceiros de compromissos mais estratégicos que estão postos para a sustentabilidade do planeta”, destacou Campello.

A programação inclui ainda a apresentação dos resultados do “Estudo de Viabilidade Econômica e Ecológica dos Agroecossistemas do Semiárido”, realizado em três agroecossistemas do território do Araripe. A iniciativa é da Articulação Nacional de

Agroecologia (ANA) em parceria com a ONG Caatinga, Rede Ater Nordeste, Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e o Instituto Nacional do Semiárido (Insa).

Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura vai acompanhar temas estratégicos para o Mapa. Inez De Podestà. Site do MAPA. 29/02/2016.

Técnicos do ministério e de vinculadas se reuniram para debater posições que apresentarão em fóruns e colegiados nacionais e internacionais

Nova lei de acesso a recursos genéticos, biologia sintética na agricultura, acordo comercial agrícola com o México, Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), mudanças climáticas e recursos fitogenéticos. Estes foram alguns dos temas tratados pelos representantes da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura (CDSA) durante a primeira reunião do ano, realizada este mês, em Brasília.

A CDSA acompanhará 14 assuntos do agronegócio considerados estratégicos para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Os temas abordados na comissão servem para subsidiar a posição da pasta em fóruns e colegiados, nacionais ou internacionais, que discutem e deliberam temas voltados à sustentabilidade na agricultura. De acordo com diretor de Infraestrutura, Logística e Geoconhecimento para o Setor Agropecuária do Mapa, Marcelo Cabral, o debate nas reuniões do CDSA, envolvendo uma multiplicidade de conhecimentos, garante a adoção de posições com respaldo técnico e orientação política da gestão do ministério em determinado assunto. Além disso, promove a transversalidade desses temas entre os setores do Mapa.

Além dos técnicos das secretárias do Mapa, representantes das vinculadas – como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) – também participaram da reunião da comissão, ocorrida no início deste mês.

Entre os fóruns e colegiados do governo federal nos quais o Mapa tem representação, estão o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional (CCZEE), a Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio), o Comitê Interministerial da Política Nacional de

Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação de Sistemas de Logística Reversa.

Nos fóruns internacionais, o Mapa participa das negociações do Protocolo de Nagoya de Acesso a Recursos Genéticos e Repartição de Benefícios, do Protocolo de Cartagena de Biossegurança de OGMs, do Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura, dos debates na Comissão de Recursos Genéticos da FAO e tratativas da UNFCCC (Mudanças Climáticas), entre outras.

Segundo o assessor da Consultoria Jurídica (Conjur) do Mapa, Marcio Mazzaro, o reposicionamento de representações nos colegiados e fóruns deve incluir, conforme o caso, representante da Conjur, de modo a conjugar a posição técnica com o respaldo jurídico.

Minas Gerais sedia seminários de agricultura de baixo carbono. Inez De Podestà. Site do MAPA. 29/02/2016.

Encontros incentivam produtores a adotar tecnologias de redução de emissões de gases de efeito estufa

O projeto ABC Cerrado – voltado à agricultura de baixa emissão de carbono – promove em março três seminários de sensibilização de produtores rurais e de técnicos agrícolas em Minas Gerais. O primeiro será em Unaí, no dia 10 (quinta-feira); o segundo em Patos de Minas, no dia 15 (terça), e o terceiro em Araxá, no dia 17 (quinta).

Os encontros servem para difundir, incentivar e sensibilizar os agricultores na adoção de tecnologias de redução de emissões de gases de efeito estufa. O Plano ABC indica seis práticas sustentáveis: recuperação de áreas degradadas, integração lavoura-pecuária-floresta, sistema de plantio direto, fixação biológica de nitrogênio, florestas plantadas e tratamento de resíduos animais.

O ABC faz parte do compromisso do Brasil de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE), assumido durante a 15ª Conferência das Partes (COP 15), na Dinamarca, em 2009.

O Mapa promove os três seminários em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Banco do Brasil e Sicoob. As inscrições poderão ser feitas pelo e-mail abc@senarminas.org.br ou pelo telefone (31) 3074 3080.

Minas Gerais sedia seminários de agricultura de baixo carbono. Inez De Podestà. Site do MAPA. 29/02/2016.

Encontros incentivam produtores a adotar tecnologias de redução de emissões de gases de efeito estufa

O projeto ABC Cerrado – voltado à agricultura de baixa emissão de carbono – promove em março três seminários de sensibilização de produtores rurais e de técnicos agrícolas em Minas Gerais. O primeiro será em Unaí, no dia 10 (quinta-feira); o segundo em Patos de Minas, no dia 15 (terça), e o terceiro em Araxá, no dia 17 (quinta).

Os encontros servem para difundir, incentivar e sensibilizar os agricultores na adoção de tecnologias de redução de emissões de gases de efeito estufa. O Plano ABC indica seis práticas sustentáveis: recuperação de áreas degradadas, integração lavoura-pecuária-floresta, sistema de plantio direto, fixação biológica de nitrogênio, florestas plantadas e tratamento de resíduos animais.

O ABC faz parte do compromisso do Brasil de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE), assumido durante a 15ª Conferência das Partes (COP 15), na Dinamarca, em 2009.

Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura vai acompanhar temas estratégicos para o Mapa. Inez De Podestà. Site do MAPA. 29/02/2016.

Técnicos do ministério e de vinculadas se reuniram para debater posições que apresentarão em fóruns e colegiados nacionais e internacionais

Nova lei de acesso a recursos genéticos, biologia sintética na agricultura, acordo comercial agrícola com o México, Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), mudanças climáticas e recursos fitogenéticos. Estes foram alguns dos temas tratados pelos representantes da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura (CDSA) durante a primeira reunião do ano, realizada este mês, em Brasília.

A CDSA acompanhará 14 assuntos do agronegócio considerados estratégicos para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Os temas abordados na comissão servem para subsidiar a posição da pasta em fóruns e colegiados, nacionais ou internacionais, que discutem e deliberam temas voltados à sustentabilidade na agricultura. De acordo com diretor de Infraestrutura, Logística e Geoconhecimento para o Setor Agropecuária do Mapa, Marcelo Cabral, o debate nas reuniões do CDSA, envolvendo uma multiplicidade de conhecimentos, garante a adoção de posições com respaldo técnico

e orientação política da gestão do ministério em determinado assunto. Além disso, promove a transversalidade desses temas entre os setores do Mapa.

Além dos técnicos das secretárias do Mapa, representantes das vinculadas – como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) – também participaram da reunião da comissão, ocorrida no início deste mês.

Entre os fóruns e colegiados do governo federal nos quais o Mapa tem representação, estão o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional (CCZEE), a Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio), o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação de Sistemas de Logística Reversa.

Nos fóruns internacionais, o Mapa participa das negociações do Protocolo de Nagoya de Acesso a Recursos Genéticos e Repartição de Benefícios, do Protocolo de Cartagena de Biossegurança de OGMs, do Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura, dos debates na Comissão de Recursos Genéticos da FAO e tratativas da UNFCCC (Mudanças Climáticas), entre outras.

Segundo o assessor da Consultoria Jurídica (Conjur) do Mapa, Marcio Mazzaro, o reposicionamento de representações nos colegiados e fóruns deve incluir, conforme o caso, representante da Conjur, de modo a conjugar a posição técnica com o respaldo jurídico.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

